

FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES
CONSULTA PÚBLICA N° 12/2023 - de 08/08/2023 a 21/09/2023

NOME: Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP

Consulta Pública sobre minuta de resolução revisa de forma pontual as Resoluções ANP n° 51/2013 e 11/2016, as quais regulamentam a atividade de carregamento de gás natural e o serviço de transporte de gás natural, respectivamente, para fins de adequação da oferta e contratação de capacidade de transporte de gás natural

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|---|--|---|
| Alterações - RANP 51/2023 - Atividade de Carregamento de Gás Natural | | | |
| Art. 1º O objeto da presente Resolução é regulamentar a autorização para a prática de atividade de Carregamento de gás natural, dentro da esfera de competência da União. | Art 1º A Resolução ANP n° 51, de 26 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações: | | |
| Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes definições para fins desta Resolução: I - Capacidade Alocada de Transporte: parcela da Capacidade de Transporte alocada ao Carregador | “Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições, sem prejuízo das definições contidas na Lei n° 14.134, de 8 de abril de 2021: I - Capacidade Alocada de Transporte: parcela da Capacidade de Transporte alocada ao Carregador por meio de Processo | Inclusão de nova redação: Contrato Master: contrato firmado entre o Transportador e o Carregador que estabelece regras e condições aplicáveis às contratações futuras de serviços de transporte de gás natural; | Justificativa Justificativa para nova redação: Considerando que a presente minuta utiliza o termo “Contrato Master” em seu art. 8º, §1º abaixo, sugerimos avaliar a inclusão da respectiva definição, |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---|-----------------------|---|
| <p>por meio do processo de Chamada Pública;</p> <p>II - Capacidade de Transporte: volume máximo diário de gás natural que o Transportador pode movimentar em um determinado gasoduto de transporte;</p> <p>III - Carregador: agente que utilize ou pretenda utilizar o serviço de movimentação de gás natural em gasoduto de transporte, mediante autorização da ANP;</p> <p>IV - Carregador Inicial: é aquele cuja contratação de Capacidade de Transporte tenha viabilizado ou contribuído para viabilizar a construção do gasoduto, no todo ou em parte;</p> <p>V - Carregamento: uso do Serviço de Transporte por meio de gasoduto, contratado junto à empresa autorizada ou concessionária da</p> | <p>de Oferta e Contratação de capacidade, de Processo de Chamada Pública, ou outras formas de contratação;</p> <p>II - Capacidade de Transporte: volume máximo diário de gás natural que o transportador pode movimentar nos pontos de entrada ou de saída de um gasoduto ou sistema de transporte de gás natural;</p> <p>III - Carregador: agente que utiliza ou pretende utilizar o serviço de transporte de gás natural em gasoduto de transporte, mediante autorização da ANP;</p> <p>Revogado</p> <p>V - Carregamento: uso do Serviço de Transporte por meio de gasoduto, contratado junto à empresa autorizada a exercer a</p> | | <p>visto que esta consta apenas da proposta de alteração da Resolução ANP nº 11/2016.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|--|-----------------------|---------------|
| <p>atividade de transporte de gás natural;</p> <p>VI - Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a contratação de Capacidade de Transporte em gasodutos existentes, a serem construídos ou ampliados;</p> <p>VII - Contrato de Serviço de Transporte: qualquer contrato firmado entre o Carregador e o Transportador para prestação de Serviço de Transporte, incluindo seus aditivos;</p> <p>VIII - Desequilíbrio: diferença entre os volumes injetados no sistema de transporte pelo Carregador, ou por quem este venha a indicar, e os volumes retirados do sistema pelo Carregador, ou por quem este venha a indicar, devendo ser descontada dos volumes de gás natural para uso no sistema e de perdas extraordinárias, durante um determinado período de tempo;</p> <p>IX - Indústria do Gás Natural: conjunto de atividades econômicas relacionadas com exploração,</p> | <p>atividade de transporte de gás natural;</p> <p>VI - Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural em gasodutos a serem construídos ou ampliados;</p> <p>IX - Indústria do Gás Natural: conjunto de atividades econômicas relacionadas com exploração,</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|--|--|---|
| <p>desenvolvimento, produção, importação, exportação, processamento, tratamento, transporte, carregamento, estocagem, acondicionamento, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural;</p> <p>X - Ponto de Entrega: ponto nos gasodutos de transporte no qual o gás natural é entregue pelo Transportador ao Carregador ou a quem este venha a indicar;</p> <p>XI - Ponto de Recebimento: ponto nos gasodutos de transporte no qual o gás natural é entregue ao Transportador pelo Carregador ou por quem este venha a indicar;</p> | <p>desenvolvimento, produção, importação, exportação, escoamento, processamento, tratamento, transporte, carregamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural;</p> <p>XI-A - Processo de Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural e contratar capacidade de transporte firme em gasodutos a serem construídos ou ampliados;</p> | <p>Comentário sobre XI-A e XI -B</p> | <p>Comentários IBP sobre os itens XI-A e XI-B</p> <p>Fronteiras claras entre os processos de Contratação de Capacidade Incremental e Existente</p> <p>Com relação ao Processo de Chamada Pública de Capacidade (incremental ou</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|--|-----------------------|---|
| <p>XII - Serviço de Transporte: receber, movimentar e entregar volumes de gás natural por meio de gasodutos de transporte, nos termos do respectivo Contrato de Serviço de Transporte;</p> <p>XIII - Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de Transporte: documento a ser celebrado junto à ANP, por meio do qual o Carregador se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a adquirir a Capacidade de Transporte alocada por meio de processo de Chamada Pública;</p> | <p>XI-B - Processo de Oferta e Contratação de Capacidade: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade contratar capacidade de transporte firme em gasodutos existentes;</p> <p>Revogado</p> | | <p>para ampliação) vs Oferta de Capacidade (existente) seria importante estabelecer com mais clareza como estas contratações se distinguiriam entre si.</p> <p>Os critérios e definições para a distinção do que é nova capacidade sujeita à um processo de chamada pública ainda não está clara, em especial no modelo de Entrada e Saída.</p> <p>A Resolução ANP n. 37/2013 que trata sobre os aspectos de ampliação e aferição de capacidade precisa ser revisada para ser estabelecido processos de contratação da capacidade de transporte coerentes e simplificados (objeto desta Consulta Pública).</p> <p>Existem desafios de diferenciação para os casos de novos Pontos de Recebimento e Entrega, ECOMPs e instalações, sejam aquelas</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|---|---|
| <p>XIV - Tarifa de Transporte: valor a ser pago pelo Carregador ao Transportador pelo Serviço de Transporte, em conformidade com o disposto no Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado entre e o Carregador e o Transportador, o qual disporá sobre as regras e condições específicas da contratação do Serviço de Transporte;</p> <p>XV - Tarifa de Transporte Máxima: valor máximo, definido no processo de Chamada Pública, a ser pago a título de Tarifa de Transporte pelo Carregador ao Transportador;</p> | Revogado | <p>Ajuste de Redação: XIV - Tarifa de Transporte: valor a ser pago pelo Carregador ao Transportador pelo Serviço de Transporte, em conformidade com o disposto nas resoluções da ANP, assim como no Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado entre e o Carregador e o Transportador, o qual disporá sobre as regras e condições específicas da contratação do Serviço de Transporte;</p> | <p>caracterizadas como reforço/flexibilidade operacional ao sistema existente, seja como necessária à expansão.</p> <p>Justificativa: Com as novas sistemáticas do Modelo de Entrada e Saída de tarifas variáveis e da adoção de ciclos tarifários, sugerimos destacar o papel da regulação na determinação dos processos tarifários.</p> <p>Neste sentido, mencionamos a Resolução 15/2014 sobre tarifas e a Resolução 11/2016 (em revisão) que traz conceitos para o ciclo tarifário.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|---|---|--|--|
| XVI - Transportador: empresa autorizada ou concessionária da atividade de transporte de gás natural por meio de duto. | XVI - Transportador: empresa ou consórcio de empresas autorizados a exercer a atividade de transporte de gás natural.”(NR). | | |
| <p>Art. 3º Poderão solicitar autorização para o exercício da atividade de Carregamento as sociedades ou consórcios constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.</p> <p>§ 1º É vedado o exercício da atividade de Carregamento:</p> | <p>Art.3º</p> <p>§ 1º.....</p> | <p>Nova redação (com exclusão do parágrafo inteiro e incisos):</p> <p>§ 1º É vedada relação societária direta ou indireta de controle ou de coligação, nos termos da <u>Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976</u>, entre transportadores e empresas ou consórcio de empresas que atuem ou exerçam funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural.</p> | <p>Justificativa:</p> <p>Verificamos que as alterações realizadas em relação ao presente dispositivo foram limitadas à exclusão das referências à concessão. No entanto, considerando que os aspectos relativos às relações societárias entre carregadores e transportadores são disciplinados atualmente no art. 5º da Lei do Gás, entendemos que deverá prevalecer o disposto na Lei.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|---|---|--|
| <p>I - por sociedade ou consórcio que detenha autorização ou concessão para o exercício da atividade de transporte de gás natural;</p> <p>II - em gasoduto de transporte objeto de concessão em que o concessionário seja sociedade que possua relação societária de controle ou coligação com o Carregador;</p> <p>§ 2º Fica vedada a participação de sociedade que detenha autorização ou concessão para o exercício da atividade de transporte de gás natural em consórcios autorizados para o exercício da atividade de Carregamento.</p> | <p>I - por sociedade ou consórcio que detenha autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural;</p> <p>II - em gasoduto de transporte objeto de autorização em que o autorizado seja sociedade que possua relação societária de controle ou coligação com o Carregador;</p> <p>§ 2º Fica vedada a participação de sociedade que detenha autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural em consórcios autorizados para o exercício da atividade de Carregamento.</p> | <p>I - por sociedade ou consórcio que detenha autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural;</p> <p>II - em gasoduto de transporte objeto de autorização em que o autorizado seja sociedade que possua relação societária de controle ou coligação com o Carregador;</p> <p>Nova redação e exclusão da anterior: § 2º É vedado aos responsáveis pela escolha de membros do conselho de administração ou da diretoria ou de representante legal de empresas ou consórcio de empresas que atuem ou exerçam funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural ter acesso a informações concorrencialmente sensíveis ou exercer o poder para designar ou o direito a voto para eleger membros do conselho de administração ou da diretoria ou representante legal do transportador.</p> | <p>Assim, sugere-se avaliar a exclusão deste artigo (visto que o tema já é disciplinado no âmbito legal) ou, alternativamente, a reprodução dos exatos termos previsto na Lei do Gás, a depender dos aspectos estratégicos envolvidos, a adoção de redação análoga à constante da Lei do Gás, de modo a preservar os direitos dos agentes envolvidos, inclusive quanto à emissão da certificação de independência.</p> <p>Nesse sentido, segue proposta de redação, com alguns ajustes em relação ao §3º para adequar a redação à presente Resolução.</p> <p>Vale destacar que em 2020, a ANP abriu a Consulta e Audiência Pública nº 18/2020 sobre o tema de independência e autonomia dos transportadores e até o momento não finalizou este</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|--|--|--|
| <p>§ 3º A vedação de que trata o inciso II do § 1º do presente artigo se aplica à concessão em que tome parte consórcio cujo participante possua relação societária de controle ou coligação com o Carregador.</p> | <p>§ 3º A vedação de que trata o inciso II do § 1º do presente artigo se aplica à autorização em que tome parte consórcio cujo participante possua relação societária de controle ou coligação com o Carregador.</p> | <p>§ 2º Fica vedada a participação de sociedade que detenha autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural em consórcios autorizados para o exercício da atividade de Carregamento.</p> <p>Nova redação e exclusão da anterior:</p> <p>§ 3º A empresa ou o consórcio de empresas que tenham obtido autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural até a data de publicação da Lei nº 14.134, de 08 de abril de 2021, e não atendam aos requisitos e critérios de independência estabelecidos nos §§ 1º e 2º deste artigo terão que se submeter à certificação de independência expedida pela ANP, nos termos da regulação aplicável, no prazo de até 3 (três) anos, contados da publicação da citada Lei, ou de até 2 (dois) anos, contados da edição da respectiva Resolução pela ANP, o que expirar por último.</p> <p>§ 3º A vedação de que trata o inciso II do § 1º do presente artigo se aplica à autorização em que tome parte consórcio cujo participante</p> | <p>processo. A última atualização da Agenda Regulatória da ANP indica que esta ação teria sua conclusão apenas em Abril de 2025.</p> <p>Cabe destacar que o processo de desverticalização (unbundling) do transporte é peça chave para uma efetiva concorrência no setor de gás.</p> <p>O IBP reitera a importância da ANP finalizar o processo de regulamentação do Novo Marco Legal, incluindo a publicação da resolução que disciplinará os critérios para a Autonomia e Independência do Transportador (Consulta Pública e Audiência Públicas nº 18/2020).</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|--|---------------|
| <p>§ 4º São consideradas sociedades coligadas e controladas aquelas definidas nos §§ 1º e 2º, respectivamente, do artigo 243 da Lei nº 6.404, 16 de dezembro de 1976.</p> | | <p>possua relação societária de controle ou coligação com o Carregador.</p> <p>Inclusão de nova redação: § 5º A certificação de independência de que trata o § 3º deste artigo terá validade máxima até 4 de março de 2039.</p> | |
| <p>Art. 4º O pedido de autorização para o exercício da atividade de Carregamento deverá ser encaminhado à ANP, assinado por responsável legal ou preposto, acompanhado da seguinte documentação:</p> <p>I - cópia autenticada do documento de identificação do signatário e, em se tratando de preposto, também cópia autenticada de instrumento de procuração;</p> <p>II - cópia autenticada do contrato ou estatuto social em vigor, cujo objeto</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>social deverá prever atividade pertencente à Indústria do Gás Natural, devidamente arquivado no Registro competente, ou ser considerado um consumidor livre, nos termos da legislação estadual aplicável, acompanhado, em caso de sociedades anônimas, da ata de eleição de seus administradores ou diretores e, tratando-se de consórcio, do correspondente instrumento de sua constituição, o qual deve prever a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio na atividade de Carregamento;</p> <p>III - comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;</p> <p>IV - comprovação de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, quando aplicável; e</p> <p>V - relação acionária, direta ou indireta, entre o agente solicitante e quaisquer agentes que exerçam a atividade de transporte, caso aplicável.</p> <p>Parágrafo único. A sociedade ou consórcio deverá manter atualizadas</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|--|--|--|
| as informações referentes aos incisos I, II, III, IV e V do presente artigo, e reenviá-las à ANP, no prazo de até 15 dias, contados da data da modificação. | | | |
| <p>Art. 5º A ANP analisará o requerimento de autorização para atividade de Carregamento no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da apresentação da documentação integral.</p> <p>§ 1º A ANP poderá solicitar ao interessado a complementação da documentação, bem como outros dados e informações relacionados.</p> <p>§ 2º O não atendimento às exigências constantes no § 1º, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, acarretará o indeferimento do pleito e o arquivamento do processo, de acordo com o art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.</p> | | | |
| Art. 6º Será indeferido o requerimento de autorização para atividade de Carregamento de sociedade ou consórcio em cujo quadro de administradores, acionistas ou sócios participe pessoa física ou jurídica que: | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>I - estejam em mora de débito exigível decorrente do exercício de atividades regulamentadas pela ANP;</p> <p>II - nos 5 (cinco) anos anteriores ao requerimento, teve autorização para o exercício de atividade regulamentada pela ANP revogada em decorrência de penalidade aplicada em processo administrativo com decisão definitiva, nos moldes do art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.</p> <p>§ 1º O disposto no caput não será aplicável no caso de acionistas de sociedade anônima de capital aberto que não participem do controle da sociedade.</p> <p>§ 2º O indeferimento do pleito será fundamentado com justificativa formal ao signatário ou procurador da solicitação da autorização.</p> | | | |
| <p>Art. 7º A autorização para o exercício da atividade de Carregamento é outorgada em caráter precário e será revogada nas</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>seguintes hipóteses:</p> <p>I - quando finda, em caráter permanente, a atividade de Carregamento de gás natural;</p> <p>II - por requerimento do Carregador autorizado;</p> <p>III - no caso de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sociedade;</p> <p>IV - nos casos de dissolução da sociedade ou do consórcio, judicial ou extrajudicialmente;</p> <p>V - a qualquer tempo, mediante declaração expressa e motivada da ANP, quando comprovado em processo administrativo, com garantia do contraditório e ampla defesa, que a atividade está sendo executada em desacordo com a legislação vigente.</p> <p>Parágrafo único. A revogação não acarretará à ANP, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pelo Carregador autorizado em relação a</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|--|--|--|
| terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados. | | | |
| <p>Art. 8º Os Carregadores interessados em participar de processos de Chamada Pública e que não possuam autorização, deverão solicitar à ANP sua outorga, na forma estabelecida por esta Resolução.</p> <p>§ 1º A inscrição de um agente no processo de Chamada Pública está condicionada à obtenção da autorização do exercício da atividade de Carregamento até a data limite para inscrição de Carregadores definido no edital de chamada pública.</p> <p>§ 2º Os Carregadores que, ao final do processo de Chamada Pública, tiverem Capacidade de Transporte alocada, deverão assinar com a ANP Termo de Compromisso de Compra</p> | <p>“Art. 8º Os carregadores interessados em participar de Processo de Chamada Pública ou de Processo de Oferta e Contratação de Capacidade e que não possuam autorização, deverão solicitar à ANP sua outorga, na forma estabelecida por esta Resolução.</p> <p>§ 1º A participação de um agente no Processo de Chamada Pública ou no Processo de Oferta e Contratação de Capacidade está condicionada à obtenção da autorização do exercício da atividade de Carregamento até a data limite para inscrição definido no seu regulamento ou até a data limite para assinatura de um contrato master.</p> <p>Revogado</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>de Capacidade de Transporte, nos termos do § 3º do Art. 5º da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009.</p> <p>§ 3º O Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de Transporte referido no § 2º deste artigo, cuja minuta deverá constar do edital de chamada pública, será irrevogável e irretratável, devendo, obrigatoriamente, conter:</p> <p>I - previsão do início do Serviço de Transporte;</p> <p>II - prazo de vigência;</p> <p>III - Pontos de Recebimento e Pontos de Entrega a serem utilizados;</p> <p>IV - Capacidade Alocada de Transporte;</p> <p>V - Capacidade Alocada de Transporte por Ponto de Entrega;</p> <p>VI - Tarifa de Transporte Máxima;</p> <p>VII - critério de reajuste da Tarifa de Transporte;</p> <p>VIII - período de exclusividade que terão os Carregadores Iniciais,</p> | <p>Revogado</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>quando aplicável; e</p> <p>IX - garantias financeiras.</p> <p>§ 4º Em se tratando de processo de Chamada Pública que anteceder a licitação para concessão da atividade de transporte de gás natural, o Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de Transporte celebrado pelos Carregadores junto à ANP será parte integrante do edital de licitação da concessão.</p> | Revogado | | |
| <p>Art. 9º Cabe ao Carregador comprovar sua capacidade financeira para o cumprimento das obrigações previstas no Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de Transporte, conforme disposto no respectivo edital de chamada pública.</p> <p>Parágrafo único. A exclusivo critério da ANP, pode ser permitida a utilização das garantias financeira apresentadas pelo Carregador para o cumprimento das obrigações previstas no caput do presente</p> | Revogado | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---|
| artigo, com o objetivo de compor as garantias de pagamento dos valores devidos pelo Carregador ao Transportador em decorrência da contratação de Capacidade de Transporte. | | | |
| Art. 10. Os Carregadores devem guardar, na execução do Contrato de Serviço de Transporte, os princípios de probidade e boa-fé, empregando práticas compatíveis com condições não discriminatórias e transparentes de acesso aos gasodutos estabelecidas na regulamentação da atividade de transporte. | | | |
| <p>Art. 11. É responsabilidade de cada Carregador compensar o Desequilíbrio a que der causa, de forma a não comprometer a integridade e a eficiência do sistema de transporte de gás natural.</p> <p>§ 1º Cada Carregador contratante de um Serviço de Transporte deve arcar com os custos decorrentes do Desequilíbrio causado no sistema de transporte de gás natural, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis previstas no Contrato de Serviço de Transporte e na legislação</p> | | | <p>Inclusão de Comentário: Mecanismos de compensação entre os carregadores</p> <p>O §3 e §4 do Art 11 fala-se em ‘mecanismos de compensação entre os Carregadores contratantes dos Serviços de Transporte’, cabendo a ANP ‘aprovar previamente os critérios e as diretrizes referentes aos mecanismos de</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---|
| <p>aplicável.</p> <p>§ 2º A periodicidade, a metodologia para cálculo do Desequilíbrio e a forma de apuração dos custos decorrentes do Desequilíbrio do sistema de transporte de gás natural, aplicável a cada Carregador, devem constar dos Contratos de Serviço de Transporte celebrados entre o Carregador e o Transportador.</p> <p>§ 3º Alternativamente, podem ser adotados mecanismos de compensação entre os Carregadores contratantes dos Serviços de Transporte prestados em um mesmo sistema de transporte, sob a supervisão do Transportador contratado, de maneira que as diferenças, positivas ou negativas, de cada Carregador possam ser liquidadas, objetivando-se o equilíbrio do sistema de transporte e sua operação eficiente e segura.</p> <p>§ 4º Caberá à ANP aprovar previamente os critérios e as diretrizes referentes aos mecanismos de compensação a serem adotados entre os</p> | | | <p>compensação a serem adotados’.</p> <p>Apesar desta consulta não ter como foco estes dispositivos, a discussão de mecanismos que facilitem e reduzam os riscos dos usuários deve ser, em especial, em fóruns como o recém-constituído Conselho de Usuários do Transporte.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|---|---------|--|--|
| Carregadores de que trata o § 3º do presente artigo. | | | |
| Art. 12. O Carregador fica obrigado a realizar as análises da composição química do gás natural nos Pontos de Recebimento de acordo com o disposto na Resolução ANP nº 16, de 17 de junho de 2008, ou regulamentação superveniente. | | | |
| Art. 13. É responsabilidade do Carregador, desde a entrega do gás natural ao Transportador nos Pontos de Recebimento do sistema de transporte até sua entrega pelo Transportador nos Pontos de Entrega, garantir que o gás natural se mantenha livre de quaisquer ônus, encargos e reivindicações de titularidade, de quaisquer natureza. | | | |
| Art. 14. No exercício da atividade de Carregamento, o Carregador não poderá limitar ou prejudicar a livre concorrência, ou exercer de modo abusivo posição dominante que venha a deter em quaisquer | Art. 14 | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|---|-----------------------|---------------|
| <p>mercados relativos às atividades que compõem a Indústria do Gás Natural, bem como, limitar ou prejudicar as condições operacionais e o livre acesso aos gasodutos de transporte, inclusive nas operações de troca operacional de gás natural.</p> <p>§ 1º Caso sejam observados indícios das infrações a que se refere o caput deste artigo, a ANP, com base em suas atribuições legais, tomará as providências previstas no artigo 10 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997.</p> <p>§ 2º Sempre que a ANP identificar indícios de práticas abusivas por parte de Carregadores Iniciais, amparadas na proteção proporcionada pelo período de exclusividade, deverá instruir representação aos órgãos de defesa da concorrência.</p> <p>§ 3º A partir de decisão dos órgãos de defesa da concorrência quanto à representação de que trata o § 2º do presente artigo, a ANP, poderá aplicar a penalidade de revogação da autorização para a atividade de Carregamento de gás natural,</p> | <p>§ 2º Sempre que a ANP identificar indícios de práticas abusivas por parte de Carregadores, deverá instruir representação aos órgãos de defesa da concorrência.</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|--|---|
| <p>conforme estabelecido no artigo 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.</p> <p>§ 4º A ANP, por meio de processo administrativo que apure indício de infração às normas desta Resolução ou da legislação em vigor, deverá adotar as sanções aplicáveis aos agentes infratores em conformidade com a regulação pertinente e recomendar ao Ministério de Minas e Energia, quando for o caso, que reveja ou extinga o período de exclusividade.</p> | | <p>Proposta de exclusão</p> <p>§ 4º A ANP, por meio de processo administrativo que apure indício de infração às normas desta Resolução ou da legislação em vigor, deverá adotar as sanções aplicáveis aos agentes infratores em conformidade com a regulação pertinente e recomendar ao Ministério de Minas e Energia, quando for o caso, que reveja ou extinga o período de exclusividade</p> | <p>Justificativa</p> <p>Considerando que a Lei do Gás não traz mais previsão relacionada ao período de exclusividade do Carregador, sugerimos avaliar a sua exclusão, em linha com o exposto na Nota Técnica.</p> <p>Em relação ao § 4º deste dispositivo, verifica-se que a <u>Nota Técnica de Regulação nº 2/2023/SIM/ANP-RJ</u> previu a sua exclusão:</p> <p>“V - ALTERAÇÕES PROPOSTAS E SUAS JUSTIFICATIVAS</p> <p>IV.1 - ALTERAÇÕES PROPOSTAS NA RESOLUÇÃO ANP 51/2013 [...]</p> |
| Art. 15. O Carregador deverá providenciar e fornecer à ANP informações de natureza técnica, | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|--|--|---|
| operacional, econômico-financeira e contábil e relatórios sobre a atividade de Carregamento, na forma e no prazo exigido pela ANP. | | | |
| <p>Art. 16</p> <p>I - o amplo acesso, e de forma não discriminatória, às informações de capacidades disponíveis, capacidade ociosas, o período de exclusividade dos gasodutos de transporte, das Tarifas de Transporte aplicáveis a cada modalidade de Serviço de Transporte e os prazos dos Contratos de Serviço de Transporte vigentes;</p> <p>II - ter acesso à capacidade disponível e à capacidade ociosa dos gasodutos de transporte, com respeito ao período de exclusividade dos Carregadores Iniciais;</p> <p>III - receber justificativa técnica do Transportador em caso de resposta negativa para sua solicitação de acesso à Capacidade de Transporte</p> | <p>Art. 16</p> <p>I - o amplo acesso, e de forma não discriminatória, às informações de capacidades disponíveis e ociosas, bem como das Tarifas de Transporte aplicáveis a cada modalidade de Serviço de Transporte e os prazos dos Contratos de Serviço de Transporte vigentes;</p> <p>II - ter acesso à capacidade disponível e à capacidade ociosa dos gasodutos de transporte;</p> | | <p>Comentário: Gostaríamos de compartilhar que as informações necessárias, conforme detalhado no Artigo, não estão sendo disponibilizadas pelas transportadoras na POC - Portal de Oferta de Capacidade.</p> <p>Fizemos um levantamento e identificamos a falta de informações ou informações defasadas em relação às tarifas (extraordinárias e interruptíveis) assim como a falta, de forma clara e simples, da capacidade utilizada, disponível e ociosa.</p> <p>Informamos que através do Conselho de Usuários (CdU), iniciamos um trabalho de identificação desses pontos</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|----------|--|---|
| | | | junto a ATGÁS com o objetivo de aprimorarmos o nível de informação junto ao mercado e por esse motivo entendemos que o CdU deve ser parte importante desse monitoramento. |
| Art. 17. As obrigações previstas nos artigos 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 serão aplicáveis a partir da data de publicação desta Resolução. | Revogado | | |
| Art. 18. Para fins da inscrição de um agente em processo de Chamada Pública que ocorrer no prazo de até 180 dias após a publicação desta Resolução, serão consideradas válidas as inscrições dos agentes que não possuírem autorização para o exercício da atividade de Carregamento, até manifestação definitiva da Agência acerca dos requerimentos de autorização que estejam em análise. | Revogado | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>§ 1º A ANP deverá manifestar-se acerca do deferimento dos requerimentos de autorização antes da celebração da assinatura do Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de Transporte associado ao processo de Chamada Pública.</p> <p>§ 2º Na hipótese de ser indeferido o requerimento de autorização para a atividade de Carregamento de que trata o caput, o agente inscrito no processo de Chamada Pública deverá arcar com os custos incorridos pelo Transportador no processo, que será equivalente ao resultado da divisão da totalidade dos custos por este incorridos pelo número de agentes participantes da Chamada Pública.</p> | | | |
| <p>Art. 19. As sociedades ou consórcios que tenham iniciado a atividade de Carregamento de gás natural anteriormente à data de publicação desta Resolução, e que tenham interesse na continuidade do exercício de suas atividades, terão o prazo de até 180 (cento e oitenta)</p> | <p>Revogado</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>dias para requerer a respectiva autorização nos termos desta Resolução.</p> <p>Parágrafo único. Para todos os efeitos, as sociedades ou consórcios de que trata o caput serão consideradas autorizadas provisoriamente a efetuar a prática da atividade de Carregamento, dentro da esfera de competência da União, pelo prazo estabelecido no caput do presente artigo.</p> | | | |
| <p>Art. 20. O não atendimento ao disposto nesta Resolução sujeita o infrator às sanções administrativas previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999 e no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999 ou em legislação que a substitua, sem prejuízo das penalidades de natureza civil e penal.</p> | | | |
| <p>Art. 21. Os casos não contemplados nesta Resolução serão objeto de análise e deliberação pela ANP.</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|---|--|--|
| A Resolução ANP nº. 11, de 16 de março de 2016, passa a vigorar com as seguintes redações. | | | |
| <p>Art. 1º</p> <p>I - a oferta de Serviços de Transporte pelos Transportadores;</p> <p>II - a Cessão de Capacidade Contratada sob a modalidade firme;</p> <p>III - a Troca Operacional de gás natural;</p> <p>IV - a aprovação e o registro dos Contratos de Serviço de Transporte de gás natural; e</p> <p>V - a promoção dos processos de Chamada Pública para contratação de capacidade de transporte de gás natural.</p> | <p>Art. 1º</p> <p>V - o Processo de Chamada Pública para estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural e contratar capacidade; e</p> <p>VI - o Processo de Oferta e Contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural;”(NR).</p> | | |
| <p>Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:</p> <p>I - Acordo de Cessão de Capacidade: instrumento contratual, celebrado entre Cedente e Cessionário, que</p> | <p>Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições, sem prejuízo das definições contidas na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021:</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>estabelece as bases sobre as quais é efetuada a operação de Cessão de Capacidade Contratada;</p> <p>II - Acordo de Interconexão ou Contrato de Interconexão: instrumento contratual que estabelece as bases da cooperação operacional entre partes adjacentes, celebrado entre Transportadores, ou entre Transportador e agentes titulares de outras instalações cuja interconexão a Gasoduto de Transporte é prevista pela legislação, no âmbito da importação de gás natural por meio de gasoduto ou da movimentação de gás natural em território nacional;</p> <p>III - Capacidade Contratada de Entrega: capacidade diária que o Transportador se obriga a disponibilizar para o Carregador em determinado Ponto de Entrega, conforme o respectivo Contrato de Serviço de Transporte;</p> <p>IV - Capacidade Contratada de Recebimento: capacidade diária que o Transportador se obriga a disponibilizar para o Carregador em determinado Ponto de Recebimento, conforme o respectivo Contrato de Serviço de Transporte;</p> <p>V - Capacidade Contratada de Transporte: volume diário de gás</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---|-----------------------|---------------|
| <p>natural que o Transportador é obrigado a movimentar para o Carregador, nos termos do respectivo contrato de transporte;</p> <p>VI - Capacidade Disponível: parcela da capacidade de movimentação do Gasoduto de Transporte que não tenha sido objeto de contratação sob a modalidade firme;</p> <p>VII - Capacidade Ociosa: parcela da capacidade de movimentação do Gasoduto de Transporte contratada que, temporariamente, não esteja sendo utilizada;</p> <p>VIII - Capacidade Técnica de Transporte: parcela da Capacidade de Transporte que se destina à contratação nas modalidades firme e extraordinária, obtida após a dedução da Margem Operacional e do Gás de Uso do Sistema;</p> <p>IX - Capacidade de Transporte: volume máximo diário de gás natural que o Transportador pode movimentar em um determinado Gasoduto de Transporte;</p> <p>X - Carregador: agente que utilize ou pretenda utilizar o serviço de</p> | <p>IX - Capacidade de Transporte: volume máximo diário de gás natural que o transportador pode movimentar nos pontos de entrada ou de saída de um gasoduto ou sistema de transporte de gás natural;</p> <p>X - Carregador: agente que utiliza ou pretende utilizar o serviço de</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|--|-----------------------|---------------|
| <p>movimentação de gás natural em Gasoduto de Transporte, mediante autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;</p> <p>XI - Carregador Inicial: é aquele cuja contratação de Capacidade de Transporte tenha viabilizado ou contribuído para viabilizar a construção do gasoduto, no todo ou em parte;</p> <p>XII - Carregador Interessado: agente que solicita formalmente o Serviço de Transporte;</p> <p>XIII - Cedente: Carregador, titular de um Contrato de Serviço de Transporte firme, que cede seu direito à utilização da Capacidade Contratada de Transporte sob a modalidade firme, no todo ou em parte, a um terceiro não Transportador;</p> <p>XIV - Cessão de Capacidade Contratada ou Cessão: transferência, no todo ou em parte, do direito de utilização da Capacidade Contratada de Transporte sob a modalidade firme;</p> | <p>transporte de gás natural em gasoduto de transporte, mediante autorização da ANP;</p> <p>Revogado</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|--|-----------------------|---------------|
| <p>XV - Cessionário: terceiro, não Transportador, beneficiado do direito advindo da Cessão de Capacidade Contratada;</p> <p>XVI - Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a contratação de Capacidade de Transporte em dutos existentes, a serem construídos ou ampliados;</p> <p>XVII - Chamada Pública Coordenada: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a contratação de Capacidade de Transporte em dutos existentes, a serem construídos ou ampliados, de maneira coordenada com outras Chamadas Públicas;</p> | <p>XVI - Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural em gasodutos a serem construídos ou ampliados</p> <p>Revogado</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---|-----------------------|--|
| <p>XVIII - Congestionamento Contratual: situação na qual a demanda por contratação de Serviço de Transporte Firme e Extraordinário excede a Capacidade Técnica de Transporte, mas esta não se encontra plenamente utilizada;</p> <p>XIX - Congestionamento Físico: situação na qual a demanda por contratação de Serviço de Transporte Firme e Extraordinário excede a Capacidade Técnica de Transporte, quando esta se encontra plenamente utilizada;</p> | <p>XIX-A - Ciclo Regulatório: período no qual a metodologia e os parâmetros utilizados no cálculo da receita máxima permitida dos transportadores e das tarifas de referência permanecem inalterados e pode ser dispensada a realização de consulta pública tarifária, ressalvada a hipótese de revisão extraordinária, a critério da ANP;</p> <p>XIX-B - Consulta Pública Tarifária: procedimento que tem por finalidade garantir a participação de todos os interessados na</p> | | <p>Pedido de esclarecimento Apesar da NT mencionar que o Edital da CP 04 poderá ser considerado como base para o regramento para os processos de contratação de capacidade, na minuta não está explícito que os Produtos serão anuais com um horizonte de 5 anos e com calendário disponível no POC. Por sua vez, também não está explícito que o Produto de Curto Prazo terá prazo diário, mensal e trimestral</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|--|--|--|
| | <p>avaliação de proposta tarifária do transportador, referente aos Processos de Oferta e Contratação de Capacidade e de Chamada Pública, em conformidade com a regulamentação aplicável;</p> <p>XIX-C - Contrato Master ou Acordo-Quadro: contrato firmado entre o transportador e o carregador que estabelece regras e condições aplicáveis às contratações futuras de serviços de transporte de gás natural;</p> <p>XX - Contrato de Serviço de Transporte: qualquer contrato firmado entre o Carregador e o Transportador para prestação de Serviço de Transporte, incluindo seus aditivos;</p> | <p>Ajuste de redação XIX-C - Contrato Master ou Acordo-Quadro: contrato firmado entre o transportador e o carregador que estabelece regras e condições aplicáveis às contratações futuras de serviços de transporte de gás natural;</p> | <p>ofertados conforme calendário disponível no POC.</p> <p>Sugerimos explicitar esses pontos na minuta, na forma que a ANP julgar mais adequada, pois esta previsibilidade é importante tanto para os carregadores interessados na contratação de capacidade de transporte como também para os transportadores.</p> <p>Justificativa: Considerando que o termo “Acordo-Quadro” não é utilizado ao longo da minuta, sugerimos avaliar a sua exclusão.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>XXI - Data de Início do Serviço de Transporte: data efetiva do início da prestação do Serviço de Transporte, nos termos do Contrato de Serviço de Transporte;</p> <p>XXII - Desequilíbrio: diferença entre os volumes injetados na Instalação de Transporte pelo Carregador, ou por quem este venha a indicar, e os volumes retirados pelo Carregador, ou por quem este venha a indicar, devendo ser descontados os volumes de gás natural referentes ao Gás de Uso no Sistema e às perdas extraordinárias, durante um determinado período de tempo;</p> <p>XXIII - Gás de Uso no Sistema: volume de gás natural necessário para a operação da Instalação de Transporte, incluindo, sem se limitar a, o gás combustível, o gás não contado e as perdas operacionais</p> <p>XXIV - Gasoduto de Referência: projeto de gasoduto utilizado para efeito da definição das tarifas e receitas anuais máximas a serem consideradas nas Chamadas Públicas e nas licitações das concessões;</p> | Revogado | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| XXV - Gasoduto de Transferência: duto destinado à movimentação de gás natural, considerado de interesse específico e exclusivo de seu proprietário, iniciando e terminando em suas próprias instalações de produção, coleta, transferência, estocagem e processamento de gás natural; | Revogado | | |
| XXVI - Gasoduto de Transporte: gasoduto que realize movimentação de gás natural desde instalações de processamento, estocagem ou outros gasodutos de transporte até instalações de estocagem, outros gasodutos de transporte e pontos de entrega a concessionários estaduais de distribuição de gás natural, ressalvados os casos previstos nos incisos XVII e XIX do caput do Art. 2º da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, incluindo estações de compressão, de medição, de redução de pressão e de entrega, respeitando-se o disposto no § 2º do Art. 25 da Constituição Federal; | Revogado | | |
| XXVII - Gerenciamento de Congestionamento Contratual: gerenciamento da oferta e utilização | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|--|---|
| <p>da Capacidade Técnica de Transporte com o objetivo de sua maximização e otimização, em função da existência de Congestionamento Contratual;</p> <p>XXVIII - Instalação de Transporte: conjunto de instalações necessárias à prestação do serviço de transporte dutoviário de gás natural, incluindo tubulações e instalações auxiliares (componentes e complementos);</p> <p>XXIX - Margem Operacional: parcela da Capacidade de Transporte que possibilita o Transportador acomodar as flutuações comerciais e operacionais dos Serviços de Transporte ofertados, necessária para a eficiente e segura operação da Instalação de Transporte;</p> <p>XXX - Percurso: trajeto entre o Ponto de Recebimento e o Ponto de Entrega;</p> | | <p>Inclusão de nova redação XXX - Plano coordenado de desenvolvimento do sistema de transporte: plano proposto pelos transportadores que contempla as providências para otimização, reforço, ampliação e construção de novas instalações do sistema de transporte, conforme regulação da ANP</p> | <p>Justificativa Sugerimos a inclusão desta definição, de acordo com a Lei 14.134/2021, pois entendemos adequado que a ANP observe o Plano Coordenado durante os Processos de Chamada Pública Coordenada ou Processos de Oferta e Contratação Coordenada de</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|----------|--|--|
| XXXI - Ponto de Entrega: ponto nos Gasodutos de Transporte no qual o gás natural é entregue pelo Transportador ao Carregador ou a quem este venha a indicar; | Revogado | <p>Inclusão de nova redação XXXI - ponto de entrega ou ponto de saída: ponto nos gasodutos de transporte no qual o gás natural é entregue pelo transportador ao carregador ou a quem este venha a indicar;</p> | <p>Capacidade, previstos no art. 43-A.</p> <p>Justificativa É preciso adequar as definições de acordo com a Lei 14.134/2021.</p> |
| XXXIII - Ponto de Recebimento: ponto nos Gasodutos de Transporte no qual o gás natural é entregue ao Transportador pelo Carregador ou por quem este venha a indicar; | Revogado | <p>Inclusão de nova redação XXXIII - ponto de recebimento ou ponto de entrada: ponto nos gasodutos de transporte no qual o gás natural é entregue ao transportador pelo carregador ou por quem este venha a indicar;</p> | <p>Justificativa É preciso adequar as definições de acordo com a Lei 14.134/2021.</p> |
| XXXIV - Pontos Relevantes: complementos, tais como Pontos de Recebimento e Entrega de gás natural, Pontos de Interconexão com outras Instalações de Transporte e com terminais de gás natural liquefeito (GNL), e outros complementos existentes relacionados à viabilização do acesso por terceiros interessados; | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|--|---|---|
| | <p>XXXIV-A - Processo de Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural e contratar capacidade de transporte firme em gasodutos a serem construídos ou ampliados;</p> <p>XXXIV-B - Processo de Chamada Pública Coordenada: procedimento realizado de maneira coordenada com outros Processos de Chamada Pública ou com outros Processos de Oferta e Contratação de capacidade;</p> <p>XXXIV-C - Processo de Oferta e Contratação de Capacidade: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que</p> | <p>Ajuste de redação: XXXIV-B - Processo de Chamada Pública Coordenada: procedimento realizado de maneira coordenada com outros Processos de Chamada Pública ou com outros Processos de Oferta e Contratação de capacidade, inclusive de transportadoras distintas;</p> | <p>Justificativa: A proposta visa deixar explícito que os processos coordenados também podem ocorrer entre sistemas/transportadoras distintos.</p> <p>O IBP reitera, à luz do § 2º do art. 6º da Resolução CNPE nº 3/2022, que a ANP conduza de forma célere o processo de fusão de áreas de mercado de capacidade do sistema de transporte</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|--|--|--|
| | <p>tem por finalidade a contratação de Capacidade de Transporte firme em gasodutos existentes;</p> <p>XXXIV-D - Processo de Oferta e Contratação Coordenada de Capacidade: procedimento realizado de maneira coordenada com outros Processos de Chamada Pública ou com outros Processos de Oferta e Contratação de capacidade;</p> | <p>Ajuste de Redação: XXXIV-D - Processo de Oferta e Contratação Coordenada de Capacidade: procedimento realizado de maneira coordenada com outros Processos de Chamada Pública ou com outros Processos de Oferta e Contratação de capacidade, inclusive de transportadoras distintas;</p> | <p>Justificativa: Sugestão de inclusão no item XXXIV-D para deixar explícito que os processos coordenados também podem ocorrer entre sistemas/transportadoras distintos.</p> <p>O IBP reitera, à luz do § 2º do art. 6º da Resolução CNPE nº 3/2022, que a ANP conduza de forma célere o processo de fusão de áreas de mercado de capacidade do sistema de transporte.</p> |
| XXXV - Processo ou Mecanismo de Alocação de Capacidade: processo ou mecanismo que estabelece a ordem de prioridade e/ou a atribuição de capacidade entre Carregadores Interessados na contratação de Capacidade de Transporte de forma transparente e não-discriminatória; | XXXV - Procedimento ou Mecanismo de Alocação de Capacidade: procedimento ou mecanismo que estabelece a ordem de prioridade e/ou a atribuição de capacidade entre Carregadores Interessados na contratação de Capacidade de Transporte de forma transparente e não-discriminatória; | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|---|---|--|
| | <p>XXXV-A - Projeto de Referência: projeto de construção ou ampliação de gasoduto de transporte utilizado para efeito da definição da receita máxima permitida e das tarifas de referência;</p> | <p>Ajuste de Redação: XXXV-A - Projeto de Referência: projeto de construção ou ampliação de gasoduto de transporte utilizado para efeito da definição da receita máxima permitida e das tarifas de referência, caracterizado em função de ampliação da capacidade de transporte como disposto nas normas da ANP.</p> | <p>Justificativa: Entendemos que o termo definido ‘Projeto de Referência’ está relacionado à definição da Resolução ANP 37/2013 (que trata sobre ampliação do transporte) ‘Ampliação (ou expansão ou aumento) da capacidade de transporte’. É importante fazer referência à Resolução ANP n37/2013 pois ela trata da etapa inicial que distingue os processos de contratação (existente e incremental) descritos na Resolução 11/2016 em revisão.</p> <p>A Resolução ANP 37/2013 também será objeto de revisão (‘ação 2.4 - Ampliação da Capacidade de Gasodutos de Transporte’ da Agenda Regulatória da ANP), em virtude dos novos conceitos trazidos pelo modelo de</p> |
|--|---|---|--|

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---|-----------------------|---|
| <p>XXXVI - Serviço de Transporte: receber, movimentar e entregar volumes de gás natural por meio de Gasodutos de Transporte, nos termos do respectivo Contrato de Serviço de Transporte;</p> | <p>Revogado</p> <p>XXXVI-A - Serviço de Transporte de Curto Prazo: modalidade firme de contratação de capacidade disponível, com vigência inferior a 365 dias ou até 31 de dezembro do ano de início da prestação do serviço de transporte, o que ocorrer primeiro;</p> | | <p>Entrada e Saída e organização setorial.</p> <p>Solicitação de esclarecimentos: Solicitamos que a ANP ratifique ou esclareça os seguintes conceitos trazidos pela minuta em tela:</p> <p>Para a contratação do Serviço de Transporte de Curto-Prazo, por se tratar de uma modalidade firme, haverá o Processo de Oferta e Contratação de Capacidade.</p> <p>O Serviço de Transporte extraordinário poderá ser contratado a qualquer tempo no POC, não sendo ofertado no Processo de Oferta e Contratação de Capacidade.)</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|--|--|
| <p>XXXVII - Serviço de Transporte Extraordinário: modalidade de contratação de Capacidade Disponível, a qualquer tempo, e que contenha condição resolutiva, na hipótese de contratação da capacidade na modalidade firme;</p> <p>XXXVIII - Serviço de Transporte Firme: Serviço de Transporte no qual o Transportador se obriga a programar e transportar o volume diário de gás natural solicitado pelo Carregador até a Capacidade Contratada de Transporte estabelecida no contrato com o Carregador;</p> <p>XXXIX - Serviço de Transporte Interruptível: Serviço de Transporte que poderá ser interrompido pelo Transportador, dada a prioridade de programação do Serviço de Transporte Firme;</p> <p>XL - Tarifa de Transporte: valor a ser pago pelo Carregador ao Transportador pelo Serviço de Transporte, em conformidade com o disposto no Contrato de Serviço de</p> | Revogado | <p>Ajuste de Redação: XL - Tarifa de Transporte: valor a ser pago pelo Carregador ao Transportador pelo Serviço de Transporte, em conformidade com</p> | <p>Justificativa: Assim como na revisão da Resolução 51/2023, recomendamos o ajuste da</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|--|--|---|
| <p>Transporte celebrado entre as partes, o qual dispõe sobre as regras e condições específicas da contratação do serviço;</p> <p>XLI - Tarifa de Transporte Máxima: valor máximo, definido no processo de Chamada Pública, a ser pago a título de Tarifa de Transporte pelo Carregador ao Transportador;</p> <p>XLII - Termos de Acesso: termos e condições, tarifários e não-tarifários, para acesso de terceiros a Instalações de Transporte que possibilitem a potenciais Carregadores informações suficientes para a efetiva contratação dos Serviços de Transporte oferecidos pelo Transportador, levando em conta o prazo e as especificidades dos Serviços de Transporte;</p> <p>XLIII - Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de</p> | <p>XLI - Tarifa de referência: valor indicativo proposto pelo transportador no início dos Processos de Oferta e Contratação de Capacidade ou de Chamada Pública;</p> <p>Revogado</p> | <p>o disposto nas normas da ANP, assim como no Contrato de Serviço de Transporte celebrado entre as partes, o qual dispõe sobre as regras e condições específicas da contratação do serviço;</p> | <p>definição de tarifas com o objetivo de simplificação dos contratos de transporte, reforçando a atribuição das normas da ANP no papel de determinar o processo tarifário e orientar como serão calculadas e adotadas.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---|-----------------------|---------------|
| <p>Transporte ou Termo de Compromisso: documento a ser celebrado junto à ANP, por meio do qual o Carregador se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a adquirir a Capacidade de Transporte alocada por meio de processo de Chamada Pública;</p> <p>XLIV - Transportador: empresa autorizada ou concessionária da atividade de transporte de gás natural por meio de duto;</p> <p>XLV - Troca Operacional ou Swap: Serviço de Transporte, prestado pelo Transportador, no qual os fluxos físico e contratual diferem, no todo ou em parte, contribuindo para a operação eficiente da Instalação de Transporte;</p> <p>XLVI - Zona de Entrega: área geográfica limitada, correspondente à região objeto de concessão estadual de distribuição de gás canalizado;</p> <p>XLVII - Zona de Recebimento: área geográfica limitada, contendo um ou mais Pontos de Recebimento.</p> | <p>XLIV - Transportador: empresa ou consórcio de empresas autorizados a exercer a atividade de transporte de gás natural;</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|--|-----------------------|---------------|
| <p>Parágrafo único. As capacidades de que tratam os Incisos V, VI, VII, VIII e IX referem-se ao volume diário de gás natural que pode ser retirado em um ou mais Pontos de Entrega de uma Instalação de Transporte, calculado via simulação termo-hidráulica.</p> | | | |
| <p>Art. 3º O Transportador deve permitir o acesso não discriminatório de terceiros às suas Instalações de Transporte, mediante remuneração adequada, calculada segundo os critérios estabelecidos pela ANP.</p> <p>§ 1º A oferta integral de Capacidade Disponível e Capacidade Ociosa é obrigatória por parte do Transportador, seja para contratação em modalidade firme, interruptível ou extraordinária, observado o disposto no Art. 27 desta Resolução.</p> <p>§ 2º A oferta integral da Troca Operacional é obrigatória por parte do Transportador, em todos os Pontos Relevantes da Instalação de Transporte onde seja aplicável.</p> | <p>Art. 3º</p> <p>§ 1º A oferta integral de Capacidade Disponível e de Capacidade Ociosa é obrigatória por parte do Transportador, seja para contratação em modalidade firme, interruptível ou extraordinária.</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|--|-----------------------|---------------|
| § 3º A interconexão com outras instalações de que trata o caput, incluindo interconexão de fronteira com gasodutos de transporte, deverá ser disciplinada por meio de Acordo de Interconexão registrado na ANP. | § 3º Os contratos de transporte padronizados serão ofertados pelos transportadores por meio de plataforma eletrônica, com observância dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução e dos princípios da transparência, publicidade, isonomia e não discriminação.”(NR) | | |
| <p>Art. 4º O Transportador deverá permitir a interconexão de outras Instalações de Transporte e de instalações de transferência, assim como outras instalações previstas pela legislação, nos termos da regulação estabelecida pela ANP, respeitadas as especificações do gás natural estabelecidas pela ANP e os direitos dos Carregadores existentes.</p> <p>§ 1º No caso da interconexão entre Transportadores, estes deverão cooperar para harmonizar os procedimentos operacionais e comerciais com o objetivo de eliminar barreiras à contratação e utilização da Capacidade de Transporte que envolva Instalações de Transporte operadas por Transportadores distintos.</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>§ 2º A harmonização de que trata o § 1º também abrange a viabilização da Troca Operacional entre as Instalações de Transporte operadas por Transportadores distintos.</p> <p>§ 3º A interconexão com outras instalações de que trata o caput, incluindo interconexão de fronteira com gasodutos de transporte, deverá ser disciplinada por meio de Acordo de Interconexão registrado na ANP.</p> <p>§ 4º A ANP, mediante solicitação, arbitrará eventuais conflitos concernentes à interconexão de instalações operadas por agentes distintos relacionados ao acesso a Gasodutos de Transporte.</p> | | | |
| <p>Art. 5º O Transportador deve apresentar as formas de acesso às suas Instalações de Transporte por meio de Termos de Acesso que contenham as Tarifas de Transporte aplicáveis e outros termos e condições relacionadas ao acesso de terceiros para cada Serviço de Transporte oferecido a potenciais Carregadores.</p> | | | |
| <p>Art. 6º A oferta e a utilização do Serviço de Transporte Firme têm</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|--|-----------------------|---|
| <p>prioridade sobre a oferta e utilização dos Serviços de Transporte não-firmes.</p> <p>Parágrafo único. A programação de recebimento e entrega do volume de gás natural destinado ao Serviço de Transporte Firme tem prioridade sobre a programação do Serviço de Transporte Interruptível, nos respectivos Pontos de Recebimento e Pontos de Entrega.</p> | <p>“Art. 6º-A. A oferta e a utilização do serviço de transporte deverão obedecer a critério temporal hierárquico, devendo o oferecimento de serviços de maior prazo preceder os de menor prazo.”(NR)</p> | | <p>Solicitação de esclarecimentos: Quanto ao art. 6A, verifica-se que foi incluída a necessidade de observância de “critério temporal hierárquico”, sem definir o que caracterizaria tal critério.</p> <p>Assim, não obstante a Nota Técnica preveja que “a lógica do mercado é primeiro ofertar os serviços de transporte com prazos mais longos que dão maior estabilidade para as receitas dos transportadores e</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|--|-----------------------|--|
| | | | contribuem para a remuneração dos seus investimentos”, entendemos importante que a norma legal preveja, de forma clara e objetiva, como será aplicado tal critério, de forma a dar maior segurança jurídica para os agentes quanto aos efetivos critérios de oferta e utilização do serviço de transporte. |
| art. 7º Respeitado o período de exclusividade, quando a ANP identificar Congestionamento Contratual prolongado, causado pela não utilização de capacidade contratada em modalidade firme de modo sistemático, deverá determinar procedimentos específicos de Gerenciamento de Congestionamento Contratual, com o objetivo de que a respectiva capacidade seja novamente oferecida ao mercado. | Art. 7º. Quando a ANP identificar Congestionamento Contratual prolongado, causado pela não utilização de capacidade contratada em modalidade firme de modo sistemático, deverá determinar procedimentos específicos de Gerenciamento de Congestionamento Contratual, com o objetivo de que a respectiva capacidade seja novamente oferecida ao mercado.”(NR) | | |
| Art. 8º O Serviço de Transporte Extraordinário deve ser oferecido pelo prazo máximo de 1 (um) ano, | Art. 8º. O Serviço de Transporte Extraordinário deve ser oferecido pelo prazo máximo de 1 (um) ano, | | Solicitação de esclarecimento: De acordo com a definição de Serviço de Transporte |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---|-----------------------|---|
| <p>cabendo ao Transportador promover o Processo de Alocação de Capacidade para esse serviço com periodicidade anual ou inferior.</p> <p>Parágrafo único. No caso da contratação e não utilização do serviço pelo Carregador, de acordo com as regras estabelecidas pela ANP ou no Contrato de Serviço de Transporte, o Transportador deve assegurar que a respectiva Capacidade Disponível seja novamente oferecida ao mercado por meio de processo de Gerenciamento de Congestionamento Contratual.</p> | <p>cabendo ao Transportador promover a oferta e contratação de capacidade para esse serviço com periodicidade anual ou inferior.</p> | | <p>Extraordinário, o mesmo poderá ser contratado a qualquer tempo. Como será a promoção da oferta e contratação de capacidade, uma vez que ela poderá prescindir do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade?</p> |
| | <p>Art. 8º-A. O serviço de transporte de curto prazo deverá ser contratado em plataforma eletrônica dos transportadores por meio da celebração de contrato master.”(NR).</p> <p>“Art. 8º-B. A ANP poderá, a seu critério e seguindo os princípios dispostos no § 3º do art. 3º, aprovar</p> | | <p>Comentário Art. 8º - B: entendemos que o órgão regulador deve</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|--|---|---|
| | <p>formas diferenciadas e padronizadas de oferta e contratação do serviço de transporte.”(NR)</p> <p>“Art. 8º-C. A ANP poderá definir um calendário para a oferta de capacidade de transporte, de forma coordenada com todos os transportadores.”(NR).</p> | <p>Ajuste de redação: Art. 8º - C. A ANP poderá definir um calendário para a oferta de capacidade de transporte, de forma coordenada com todos os transportadores o Processo de Oferta e Contratação Coordenada de Capacidade.</p> | <p>buscar uma harmonização/padronização das condições contratuais, zelando pelo princípio da isonomia. Formas diferenciadas deveriam ser tratadas como excepcionalidades.</p> <p>Justificativa Em relação ao art. 8º-C, parece-nos que a intenção é fazer referência ao Processo de Oferta e Contratação Coordenada de Capacidade, definido no art. 2º, XXXIV-D. Assim, sugere-se avaliar a alteração proposta.</p> |
| <p>Art. 9º O Transportador deve desenvolver e disponibilizar plataforma eletrônica de utilização pública, gratuita, e livre da obrigação de identificação por parte dos potenciais Carregadores Interessados, que permita a consulta</p> | | | <p>Comentários: Apesar de a ANP não estar propondo mudanças na minuta colocada em Consulta Pública para este artigo, o IBP apresenta comentários pontuais, sendo que existe a</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---|
| <p>das disponibilidades, possibilidades de acesso e tarifas de transporte por Ponto Relevante sob responsabilidade do Transportador, para todas as modalidades de Serviço de Transporte oferecidas, assim como possibilite o recebimento de solicitações de acesso por parte de Carregadores Interessados identificados.</p> <p>§ 1º A plataforma eletrônica deve conter as seguintes informações, atualizadas permanentemente:</p> <p>I - fluxos físicos do gás natural;</p> <p>II - características técnicas e operacionais da Instalação de Transporte;</p> <p>III - Capacidade Disponível, capacidade em fluxo oposto ao fluxo físico e Capacidade Ociosa por Ponto Relevante, para prestação de novos Serviços de Transporte, inclusive Troca Operacional, nas melhores condições operacionais avaliadas via simulação termo-hidráulica, incluindo a previsão de:</p> | | | <p>necessidade de revisão do artigo como um todo.</p> <p>Desta forma, apresentamos apenas comentários nesta Consulta Pública referente a alínea a) do item III, do § 1º do Art 9, onde solicitamos um maior detalhamento sobre nova capacidade fruto de ampliação do sistema de transporte (sujeito ao processo de chamada pública) e previsibilidade quando da inclusão de novos pontos relevantes tais como novos pontos de entrada ou saída, que mesmo que não ensejem ampliação de capacidade, deverão ser considerados para fins de alocação de capacidade existente quando estiverem disponíveis.</p> <p>Da mesma forma, solicitamos informações sobre a inclusão quanto à demanda por acesso no VII, § 1º, Art 9º - para o caso de ampliação de pontos de entrada ou saída e/ou de</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---|
| <p>a) disponibilidade para, no mínimo, os próximos 7 (sete) anos, em base rolante, para a prestação de Serviço de Transporte Firme; e</p> <p>b) disponibilidade e ociosidade para, no mínimo, os próximos 2 (dois) anos, em base rolante, para os demais Serviços de Transporte não-firmes;</p> <p>IV - capacidades contratadas, por Contrato de Serviço de Transporte celebrado;</p> <p>V - relatório(s) de simulação termo-hidráulica, que:</p> <p>a) reflita(m) as condições estabelecidas nos contratos já firmados; e</p> <p>b) fundamente(m) a avaliação das Capacidades Disponíveis para prestação de novos serviços de transporte nas melhores condições operacionais, conforme estabelece o inciso III deste artigo;</p> <p>VI - referência aos Termos de Acesso para cada Serviço de Transporte,</p> | | | <p>novos pontos vale mencionar que, ao dispor de solicitações prévias de acesso, o Transportador poderá informá-las ao mercado (resguardadas as informações sigilosas justificadas previstas nos §§ 2º e 3º).</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>contendo os termos e condições tarifários e não-tarifários;</p> <p>VII - resumo das solicitações de acesso efetuadas, de modo a mostrar a demanda por acesso por Ponto Relevante e Instalação de Transporte; e</p> <p>VIII - resumo das ofertas de Cessão de Capacidade Contratada informadas ao Transportador por Carregadores.</p> <p>§ 2º Estão resguardadas as informações cujo sigilo é justificado por questões comerciais.</p> <p>§ 3º O sigilo das informações poderá ser reduzido caso a publicação destas seja imprescindível para possibilitar o acesso de terceiros às Instalações de Transporte sob responsabilidade do Transportador, observado o disposto no § 2º do Art. 5º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.</p> <p>§ 4º A ANP será responsável por avaliar a pertinência das solicitações de sigilo da informação e só</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|--|--|--|
| determinará sua publicação de forma justificada. | | | |
| <p>Art. 10. O Carregador Interessado deverá apresentar ao Transportador solicitação de acesso mediante plataforma eletrônica disponibilizada pelo Transportador contendo, no mínimo:</p> <p>I - modalidade(s) de Serviço de Transporte pretendida(s);</p> <p>II - período(s) em que o serviço será requisitado;</p> <p>III - capacidade a ser utilizada; e</p> <p>IV - Ponto(s) de Recebimento/Interconexão e Ponto(s) de Entrega/Interconexão a serem utilizados.</p> <p>§ 1º A solicitação de acesso referente à Troca Operacional deve conter também a garantia de segurança e confiabilidade da injeção e/ou retirada de gás natural na Instalação de Transporte.</p> <p>§ 2º O Transportador deve responder ao Carregador Interessado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis ou no prazo estabelecido nos Termos de Acesso do respectivo Serviço de Transporte, se inferior, comunicando:</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>I - a confirmação de que o Serviço de Transporte pode ser prestado nas melhores condições operacionais avaliadas via simulação termo-hidráulica, acompanhada dos termos e condições para o acesso; ou</p> <p>II - a necessidade de maior aprofundamento da análise em curso pelo Transportador, acompanhada de detalhes da mesma, tais como seu escopo, cronograma e os eventuais custos a serem suportados pelo Carregador Interessado; ou</p> <p>III - a negativa fundamentada de acesso, com justificativa baseada em parâmetros técnicos e econômicos, por escrito, assim como a indicação de quando o Serviço de Transporte estará disponível no futuro.</p> <p>§ 3º Nos casos descritos nos incisos II e III do § 2º o Transportador deve encaminhar à ANP cópia da comunicação feita ao Carregador Interessado.</p> <p>§ 4º No caso descrito no inciso III do § 2º a ANP, mediante solicitação do Carregador Interessado, avaliará as bases sobre as quais a negativa foi justificada e deliberará sobre sua procedência.</p> <p>§ 5º Até a data da assinatura do Contrato de Serviço de Transporte, o</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---|-----------------------|---------------|
| Carregador deverá encaminhar ao Transportador a manifestação do concessionário estadual de distribuição de gás natural acerca da disponibilidade de sua rede de distribuição para atender a Capacidade Contratada de Entrega. | | | |
| <p>art. 11. O Transportador deve produzir relatórios mensais de monitoramento da utilização da capacidade nos Pontos Relevantes e do Congestionamento Físico e Contratual da Instalação de Transporte, distinguindo a utilização por cada tipo de Serviço de Transporte oferecido, para cada Instalação de Transporte sob sua responsabilidade e por Ponto Relevante.</p> <p>Parágrafo único. Os relatórios de monitoramento de que trata o caput devem ser submetidos à aprovação da ANP em até 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês e, após aprovados, devem ser anexados aos Termos de Acesso e tornados públicos.</p> | | | |
| Art. 12. O Transportador poderá comprar ou vender gás natural | Art. 12. O Transportador poderá comprar ou vender gás natural | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---|-----------------------|---------------|
| <p>apenas nas quantidades necessárias ao Gás de Uso do Sistema e para formação e manutenção do empacotamento necessário para a prestação de Serviço de Transporte de acordo com as melhores práticas da indústria de gás natural. (Redação do caput da Resolução ANP Nº 794 DE 05/07/2019).</p> <p>Parágrafo único. O custo para a aquisição dos volumes de gás natural a que se refere o caput deve ser claramente identificado e seu repasse para as Tarifas de Transporte deve obedecer às premissas de alocação de custos entre os Carregadores estabelecidas nos Termos de Acesso.</p> | <p>apenas nas quantidades necessárias ao Gás de Uso do Sistema, ao Balanceamento e para formação e manutenção do empacotamento necessário para a prestação de Serviço de Transporte de acordo com as melhores práticas da indústria de gás natural.</p> | | |
| <p>Art. 13. Os Termos de Acesso devem respeitar os seguintes princípios:</p> <p>I - devem ser observadas as leis e regulamentações aplicáveis;</p> <p>II - o acesso de terceiros à infraestrutura de transporte existente deve ser ofertado e</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>concedido sempre que possível, desde que resguardada a segurança operacional, de modo a permitir a efetiva competição nas atividades de produção e comercialização de gás natural;</p> <p>III - os Transportadores devem envidar os melhores esforços para evitar que o acesso de terceiros seja restringido em decorrência do Congestionamento Contratual da Instalação de Transporte, bem como em função dos Mecanismos de Alocação de Capacidade aplicados.</p> | | | |
| <p>Art. 14. Os Termos de Acesso devem conter os seguintes elementos mínimos:</p> <p>I - termos e condições tarifários:</p> <p>a) proposta de Tarifas de Transporte aplicáveis aos Serviços de Transporte oferecidos, com memória de cálculo detalhada, obedecendo aos critérios e estruturação estabelecidos pela Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou regulação superveniente;</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>b) descrição das formas de pagamento e de eventuais mecanismos de incentivo utilizados; e</p> <p>c) descrição das premissas de alocação de custos entre os Carregadores de cada Instalação de Transporte.</p> <p>II - termos e condições não-tarifários:</p> <p>a) descrição dos Serviços de Transporte ofertados;</p> <p>b) descrição detalhada de cada Instalação de Transporte sob sua responsabilidade, contendo informações operacionais de cada um de seus Pontos Relevantes no(s) duto(s) principal(is) e ramal(is) do gasoduto para acesso de terceiros, com indicação dos fluxos predominantes e Percursos relevantes para recebimento e entrega de gás natural;</p> <p>c) minuta de contrato padrão a ser celebrado com os Carregadores, conforme as disposições do Art. 22;</p> <p>d) descrição do Mecanismo de Alocação de Capacidade e</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>cronograma previsto para as suas realizações;</p> <p>e) prazos padronizados oferecidos para contratação de Serviço de Transporte, tais como mensal, semestral, anual e sazonal;</p> <p>f) planejamento anual das alterações na Capacidade de Transporte, por Ponto Relevante, com o objetivo de alcançar a capacidade de transporte planejada pelo Transportador;</p> <p>g) procedimento de mensuração do empacotamento mínimo necessário para a prestação do serviço de transporte, do Gás de Uso no Sistema, do gás natural para reposição de perdas extraordinárias e do gás para comissionamento e testes;</p> <p>h) obrigatoriedade do fornecimento e recomposição do empacotamento mínimo de gás natural necessário para a prestação do Serviço de Transporte de cada Instalação de Transporte;</p> <p>i) qualidade do gás natural (especificação, testes,</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>responsabilidade por gás natural fora de especificação e odoração);</p> <p>j) responsabilidades e procedimentos relacionados à medição dos volumes de gás natural nos Pontos de Recebimento e Entrega;</p> <p>k) volumes excedentes ao limite de Capacidade Contratada de Transporte, Capacidade Contratada de Recebimento e Capacidade Contratada de Entrega;</p> <p>l) Desequilíbrio e seus mecanismos de compensação;</p> <p>m) flexibilidade e níveis de tolerância incluídos na prestação do serviço;</p> <p>n) procedimento para compartilhamento de Ponto(s) de Entrega, de Ponto(s) de Recebimento e Ponto(s) de Interconexão entre Carregadores;</p> <p>o) procedimento para Gerenciamento de Congestionamento Contratual, incluindo as regras e o prazo para enquadramento na condição de não utilização do serviço;</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>p) penalidades;</p> <p>q) garantia de pagamento por Capacidade Contratada de Transporte não utilizada -"ship-or-pay";</p> <p>r) condições para a solicitação de ampliação de Capacidade de Transporte;</p> <p>s) condições para a Troca Operacional; e</p> <p>t) condições para a Cessão de Capacidade Contratada.</p> <p>§ 1º É vedado o estabelecimento de termos e condições para o acesso de terceiros que ofereçam prioridades ou flexibilidades que não possam ser estendidas a novos Carregadores nas mesmas condições.</p> <p>§ 2º No caso de gasoduto cujos Serviços de Transporte possuam Tarifa de Transporte aprovada nos termos da Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, a obrigação prevista no Inciso I, alínea (a) do presente artigo pode ser substituída</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>pela referência ao processo de aprovação na ANP.</p> <p>§ 3º A aprovação do Termo de Acesso não exime o Transportador de submeter a Tarifa de Transporte à aprovação e homologação da ANP, nos termos da Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014.</p> | | | |
| <p>Art. 15. A ANP, no exercício da regulação e fiscalização do acesso à capacidade dos gasodutos, poderá emitir diretrizes, instruções e esclarecimentos com relação ao conteúdo dos Termos de Acesso, de modo a auxiliar os agentes da indústria de gás natural e a sociedade a participar do processo de aprovação dos Termos de Acesso, assim como auxiliar os Transportadores na preparação das propostas de Termo de Acesso.</p> | | | |
| <p>Art. 16 O Transportador deve encaminhar previamente para aprovação da ANP sua proposta de Termo de Acesso, acompanhada de justificativa técnica para cada elemento contido na proposta</p> <p>§ 1º No caso em que o Transportador seja sociedade concessionária da atividade de transporte de gás</p> | Revogado | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------|
| <p>natural, o prazo para encaminhamento da proposta inicial é de 90 (noventa) dias após a assinatura do respectivo contrato de concessão.</p> <p>§ 2º No caso em que o Transportador seja sociedade autorizada a exercer a atividade de transporte de gás natural, a proposta inicial deve ser encaminhada em até 120 (cento e vinte) dias antes do início do processo de Chamada Pública para contratação de capacidade de transporte do Gasoduto de Transporte objeto de autorização, observado o Art. 49 desta Resolução.</p> <p>§ 3º A ANP publicará no Diário Oficial da União - DOU um extrato da proposta de Termo de Acesso, assim como deixará a mesma disponível no sítio da ANP na Internet, salvo partes classificadas como sigilosas, observado o disposto no § 2º do Art. 5º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, para o oferecimento de comentários e sugestões, por um prazo de 30 (trinta) dias.</p> | <p>Revogado</p> <p>Revogado</p> | | |
| <p>Art. 17. A ANP analisará a proposta de Termo de Acesso no prazo máximo de 90 (noventa) dias,</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>contados da data da apresentação da totalidade das informações da proposta.</p> <p>§ 1º A ANP poderá solicitar ao Transportador a complementação das informações e justificativas encaminhadas, bem como outros dados e informações relacionados, inclusive os referentes aos comentários e sugestões recebidos de agentes da indústria de gás natural e da sociedade.</p> <p>§ 2º O não atendimento às exigências constantes do § 1º no prazo máximo de 90 (noventa) dias acarretará o indeferimento da proposta.</p> | | | |
| <p>Art. 18. Na hipótese de a proposta de Termo de Acesso ser indeferida pela ANP, cada solicitação de acesso será tratada como uma resolução de conflito até a devida aprovação da proposta pela ANP, cabendo à ANP fixar o valor e a forma de pagamento referente ao Serviço de Transporte aplicável.</p> <p>Parágrafo único. É vedado ao Transportador celebrar novos Contratos de Serviço de Transporte ou aditivos aos contratos existentes até a devida aprovação da proposta de Termo de Acesso pela ANP, salvo</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|---|--|--|--|
| se tais instrumentos contratuais sejam resultado da decisão da ANP acerca do conflito que trata o caput. | | | |
| Art. 19. A aprovação do Termo de Acesso pela ANP acarreta a validade dos Serviços de Transporte nele contidos. | | | |
| Art. 20. As alterações nos Termos de Acesso podem ser propostas a qualquer tempo pelos Transportadores, por Carregadores, pela ANP ou por Carregadores Interessados, e devem ser submetidas à aprovação da ANP. Parágrafo único. A ANP submeterá, sempre que julgar pertinente, as alterações propostas ao procedimento de consulta descrito no § 3º do Art. 16. | | | |
| Art. 21. O Transportador deve manter disponíveis os Termos de Acesso em seu sítio eletrônico na Internet, em local de fácil acesso, para qualquer agente interessado. | | | |
| Art. 22. Os Serviços de Transporte de gás natural serão formalizados em Contratos de Serviço de Transporte, padronizados para cada modalidade de serviço, os quais explicitarão: | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>I - modalidade de Serviço de Transporte contratada;</p> <p>II - termos e condições gerais de prestação do serviço;</p> <p>III - Capacidade(s) Contratada(s) de Transporte entre Zona(s) de Recebimento e Zona(s) de Entrega;</p> <p>IV - Capacidade(s) Contratada(s) de Recebimento por Ponto de Recebimento/Ponto de Interconexão;</p> <p>V - Capacidade(s) Contratada(s) de Entrega por Ponto de Entrega/Ponto de Interconexão;</p> <p>VI - Percurso(s) contratado(s), quando aplicável;</p> <p>VII - Tarifa(s) de Transporte, com o seu detalhamento de encargos;</p> <p>VIII - Data de Início do Serviço de Transporte, assim como as condições para a sua antecipação ou postergação;</p> <p>IX - prazo de vigência; e</p> <p>X - cláusula para resolução de eventuais divergências, podendo prever a convenção de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, ou legislação superveniente.</p> <p>§ 1º O Transportador deve elaborar as minutas dos contratos previstos no caput desse artigo e submetê-las à aprovação prévia da ANP,</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|----------------|
| <p>isoladamente ou em anexo à proposta de Termo de Acesso de que trata o Art. 16, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes da sua aplicação, bem como, em igual prazo, quaisquer minutas de alterações contratuais.</p> <p>§ 2º Os termos e condições gerais de prestação do serviço, refletindo os Termos de Acesso aplicáveis à respectiva modalidade, devem constar em anexo aos Contratos de Serviço de Transporte.</p> <p>§ 3º O Transportador deve informar à ANP eventuais antecipações da Data de Início do Serviço de Transporte no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da antecipação e eventuais postergações com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data inicialmente prevista.</p> <p>§ 4º Ao término da vigência do Contrato de Serviço de Transporte, as disposições referentes às Capacidades Contratadas de Transporte não serão objeto de prorrogação, tácita ou expressa.</p> | | | |
| Art. 23 | Art. 23 | Proposta de exclusão: | Justificativa: |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|--|--|--|
| <p>I - sociedade ou consórcio que detenha autorização ou concessão para o exercício da atividade de transporte de gás natural; ou</p> <p>II - Carregador com o qual o Transportador possua relação societária de controle ou coligação, quando os Contratos de Serviço de Transporte se referirem a gasodutos de transporte objeto de concessão.</p> <p>Parágrafo único. São consideradas sociedades coligadas e controladas aquelas definidas nos §§ 1º e 2º, respectivamente, do Art. 243 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976, ou legislação superveniente.</p> | <p>I - sociedade ou consórcio que detenha autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural; ou</p> <p>II - Carregador com o qual o Transportador possua relação societária de controle ou coligação.</p> | <p>I - sociedade ou consórcio que detenha autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural; ou</p> <p>II - Carregador com o qual o Transportador possua relação societária de controle ou coligação.</p> <p>Parágrafo único. São consideradas sociedades coligadas e controladas aquelas definidas nos §§ 1º e 2º, respectivamente, do Art. 243 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976, ou legislação superveniente.</p> <p>Inclusão de nova redação: § 1º É vedada relação societária direta ou indireta de controle ou de coligação, nos termos da <u>Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976</u>, entre transportadores e empresas ou consórcio de empresas que atuem ou exerçam funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural.</p> | <p>Verificamos que as alterações realizadas em relação ao presente dispositivo foram limitadas à exclusão das referências à concessão. No entanto, considerando que os aspectos relativos às relações societárias entre carregadores e transportadores são disciplinados atualmente no art. 5º da Lei do Gás, entendemos que deverá prevalecer o disposto na Lei.</p> <p>Assim, sugere-se avaliar a exclusão deste artigo (visto que o tema já é disciplinado no âmbito legal) ou, alternativamente, a reprodução dos exatos termos previsto na Lei do Gás, a depender dos aspectos estratégicos envolvidos, a adoção de redação análoga à constante da Lei do Gás, de modo a preservar os direitos dos agentes envolvidos, inclusive quanto à emissão</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|--|--|
| | | <p>§ 2º É vedado aos responsáveis pela escolha de membros do conselho de administração ou da diretoria ou de representante legal de empresas ou consórcio de empresas que atuem ou exerçam funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural ter acesso a informações concorrencialmente sensíveis ou exercer o poder para designar ou o direito a voto para eleger membros do conselho de administração ou da diretoria ou representante legal do transportador.</p> <p>§ 3º A empresa ou o consórcio de empresas que tenham obtido autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural até a data de publicação da Lei nº 14.134, de 08 de abril de 2021, e não atendam aos requisitos e critérios de independência estabelecidos nos §§ 1º e 2º deste artigo terão que se submeter à certificação de independência expedida pela ANP, nos termos da regulação aplicável, no prazo de até 3 (três) anos, contados da</p> | <p>da certificação de independência.</p> <p>Nesse sentido, segue proposta de redação, com alguns ajustes em relação ao §3º para adequar a redação à presente Resolução.</p> <p>Vale destacar que em 2020, a ANP abriu a Consulta e Audiência Pública nº 18/2020 sobre o tema de independência e autonomia dos transportadores e até o momento não finalizou este processo. A última atualização da Agenda Regulatória da ANP indica que esta ação teria sua conclusão apenas em Abril de 2025.</p> <p>Cabe destacar que o processo de desverticalização (unbundling) do transporte é peça chave para uma efetiva concorrência no setor de gás.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|---|--|---|
| | | <p>publicação da citada Lei, ou de até 2 (dois) anos, contados da edição da respectiva Resolução pela ANP, o que expirar por último.</p> <p>§ 4º A certificação de independência de que trata o § 3º deste artigo terá validade máxima até 4 de março de 2039.</p> | <p>O IBP reitera a importância da ANP finalizar o processo de regulamentação do Novo Marco Legal, incluindo a publicação da resolução que disciplinará os critérios para a Autonomia e Independência do Transportador (Consulta Pública e Audiência Públicas nº 18/2020).</p> |
| <p>Art. 24</p> <p>I - renúncia ou revenda da Capacidade Disponível nos casos de não utilização do serviço que possam acarretar Congestionamento Contratual;</p> <p>II - condição resolutiva na hipótese de ocorrer a contratação da respectiva capacidade, por meio de um processo de Chamada Pública, na modalidade firme.</p> <p>Parágrafo único. Os Contratos de Serviço de Transporte para a prestação do Serviço de Transporte</p> | <p>Art. 24</p> <p>II - condição resolutiva na hipótese de ocorrer a contratação da respectiva capacidade, por meio de um Processo de Oferta e Contratação de Capacidade, na modalidade firme.</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|--|--|--|
| Extraordinário devem ter duração máxima de 1 (um) ano. | | | |
| <p>Art. 25. A ANP analisará a minuta de Contrato de Serviço de Transporte no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da apresentação da minuta.</p> <p>§ 1º A ANP poderá solicitar ao Transportador a reformulação de dispositivos contratuais, o encaminhamento de justificativas, bem como outros dados e informações relacionados.</p> <p>§ 2º O não atendimento às exigências efetuadas conforme o § 1º no prazo máximo de 90 (noventa) dias acarretará o indeferimento da solicitação de aprovação da minuta.</p> | | | |
| <p>Art. 26. O Transportador deve encaminhar para registro na ANP cópia integral dos Contratos de Serviço de Transporte assinados com cada um de seus Carregadores, em até 15 (quinze) dias após a sua assinatura, bem como, em igual prazo, quaisquer alterações contratuais.</p> <p>§ 1º A ANP poderá solicitar ao Transportador que encaminhe, também, cópia da manifestação do concessionário estadual de distribuição de gás natural acerca da</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>disponibilidade de sua rede de distribuição para atender a Capacidade Contratada de Entrega, de que trata o § 5º do Art. 10.</p> <p>§ 2º O Transportador deve informar à ANP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os contratos que forem rescindidos ou não entrarem em vigor em decorrência de condições suspensivas não cumpridas.</p> <p>§ 3º Os contratos assinados em conformidade com a aprovação da ANP receberão um número de registro, o qual ficará disponível juntamente com as informações sobre as partes, modalidade de serviço contratado, local e data da assinatura, e prazo de vigência no sítio da ANP na Internet.</p> | | | |
| <p>Art. 27. Fica vedada a contratação de Serviço de Transporte Interruptível em Capacidade Ociosa que seja determinada com base na Capacidade Contratada de Transporte dos Carregadores Iniciais cujo período de exclusividade esteja vigente.</p> | Revogado | | |
| <p>Art. 28. O período de exclusividade não é aplicável à Capacidade Disponível, incluída a Capacidade</p> | Revogado | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| Disponível advinda da ampliação da Capacidade de Transporte, da renúncia de Capacidade Contratada de Transporte por Carregadores ou do fim da vigência de Contratos de Serviço de Transporte, devendo ser observado também o disposto no Art. 31. | | | |
| Art. 29. O Cedente poderá transferir a um Cessionário, total ou parcialmente, sua Capacidade Contratada de Transporte, mantendo os direitos contratuais inicialmente pactuados com o Transportador com o qual possui Contrato de Serviço de Transporte firme vigente. | | | |
| <p>Art. 30. A Cessão de Capacidade Contratada será disciplinada por meio da celebração de Acordo de Cessão de Capacidade, o qual deverá explicitar:</p> <p>I - prazo da Cessão e data de início;</p> <p>II - Capacidade Contratada de Transporte cedida, detalhando:</p> <p>a) a(s) Capacidade(s) Contratada(s) de Transporte cedida(s) entre Zona(s) de recebimento e Zona(s) de entrega;</p> <p>b) a(s) Capacidade(s) Contratada(s) de Recebimento cedida(s) por Ponto de Recebimento/Interconexão;</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>c) a(s) Capacidade(s) Contratada(s) de Entrega cedida(s) por Ponto de Entrega/Interconexão;</p> <p>III - remunerações e condições de pagamento;</p> <p>IV - cláusulas que disciplinem, para o Cessionário, os procedimentos de:</p> <p>a) solicitação e programação;</p> <p>b) fornecimento de Gás de Uso no Sistema, reposição de perdas extraordinárias, reposição do empacotamento mínimo necessário para a prestação do Serviço de Transporte e compensação por Desequilíbrio;</p> <p>V - qualidade do gás natural.</p> <p>§ 1º Os procedimentos de negociação entre o Cedente e o Transportador relativos às operações de Cessão de Capacidade Contratada, total ou parcial, devem constar do respectivo Contrato de Serviço de Transporte.</p> <p>§ 2º O Contrato de Serviço de Transporte celebrado entre o Transportador e o Cessionário deverá manter as condições operacionais e comerciais do Contrato de Serviço de Transporte firmado entre o Cedente e o Transportador.</p> <p>§ 3º As remunerações estabelecidas no Acordo de Cessão de Capacidade devem observar os princípios</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| emanados pela Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou regulação superveniente, e ser compatíveis com condições não discriminatórias e transparentes de acesso de terceiros aos Gasodutos de Transporte. | | | |
| <p>Art. 31. A Cessão de Capacidade Contratada não implica em transferência do período de exclusividade da parcela da cedida pelo Carregador Inicial, ficando este restrito apenas à Capacidade Contratada de Transporte remanescente.</p> <p>Parágrafo único. Fica extinto o período de exclusividade referente à parcela da Capacidade Contratada de Transporte objeto da Cessão, independentemente do prazo da operação.</p> | Revogado | | |
| <p>Art. 32 O prazo da Cessão de Capacidade Contratada poderá ser:</p> <p>I - pelo período restante da Capacidade Contratada de Transporte; ou</p> <p>II - por período determinado.</p> | Art. 32 | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>§ 1º A Cessão parcial pelo período restante da Capacidade Contratada de Transporte implica celebração de termo aditivo ao Contrato de Serviço de Transporte firme vigente entre o Cedente e o Transportador, para refletir a nova Capacidade Contratada de Transporte remanescente.</p> <p>§ 2º A Cessão total pelo período restante da Capacidade Contratada de Transporte implica a extinção do Contrato de Serviço de Transporte firme vigente entre o Cedente e o Transportador.</p> <p>§ 3º É obrigatória a celebração de Contrato de Serviço de Transporte entre o Cessionário e o Transportador, por ocasião da Cessão de Capacidade Contratada pelo período de que trata o Inciso I do caput, devendo o Cessionário ser um Carregador autorizado pela ANP e cumprir com a exigência da apresentação ao Transportador de garantias do pagamento da Tarifa de Transporte.</p> <p>§ 4º A Cessão de Capacidade Contratada de que trata o Inciso II do</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---|--|--|
| <p>caput, cujo prazo seja inferior ao período remanescente de contratação originalmente firmado, não liberará o Cedente de suas obrigações contratuais, exceto na hipótese de transferência de obrigações contratuais do Cedente com consentimento expresso por parte do Transportador, implicando a assinatura de novo Contrato de Serviço de Transporte entre o Transportador e o Cessionário, que passará a ser Carregador da respectiva Instalação de Transporte, o qual deve ser agente autorizado pela ANP para exercer atividade de carregamento de gás natural.</p> <p>§ 5º Após o término do período de cessão de que trata o Inciso II do caput, os direitos à Capacidade Contratada de Transporte retornam ao Cedente, excetuado qualquer direito a período de exclusividade.</p> | <p>§ 5º Após o término do período de cessão de que trata o Inciso II do caput, os direitos à Capacidade Contratada de Transporte retornam ao Cedente.”(NR)</p> | | |
| <p>Art. 33. É vedada a Cessão de Capacidade Contratada em Gasoduto de Transporte objeto de concessão em que o concessionário seja sociedade que possua relação</p> | <p>Art. 33 É vedada a Cessão de Capacidade Contratada em Gasoduto de Transporte objeto de autorização em que o autorizado seja sociedade que possua relação</p> | <p>Proposta de exclusão: Art. 33 É vedada a Cessão de Capacidade Contratada em Gasoduto de Transporte objeto de autorização em que o autorizado</p> | <p>Justificativa: Em relação aos aspectos afetos às relações societárias entre transportadores e</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|--|--|--|
| <p>societária de controle ou coligação com o Cessionário interessado.</p> <p>§ 1º A vedação de que trata o caput se aplica à concessão em que tome parte consórcio cujo participante possua relação societária de controle ou coligação com o Cessionário interessado.</p> <p>§ 2º São consideradas sociedades coligadas e controladas aquelas definidas nos §§ 1º e 2º, respectivamente, do Art. 243 da Lei nº 6.404, 16 de dezembro de 1976 ou legislação superveniente.</p> | <p>societária de controle ou coligação com o Cessionário interessado.</p> <p>§ 1º A vedação de que trata o caput se aplica à autorização em que tome parte consórcio cujo participante possua relação societária de controle ou coligação com o Cessionário interessado.</p> | <p>seja sociedade que possua relação societária de controle ou coligação com o Cessionário interessado.</p> <p>§ 1º A vedação de que trata o caput se aplica à autorização em que tome parte consórcio cujo participante possua relação societária de controle ou coligação com o Cessionário interessado.</p> | <p>carregadores, reiteramos os comentários realizados acima quanto ao art. 3º da Resolução ANP nº 51/2013 e do art. 23 da Resolução 11/2016.</p> <p>Ademais, especificamente quanto à cessão de capacidade e considerando a possibilidade de que o transportador obtenha a certificação de independência (nos termos do art. 5º da Lei do Gás), parece-nos que a vedação em questão não estaria aderente ao disposto na Lei. A relação entre transportadores e carregadores já está prevista no Marco Legal.</p> |
| Art. 34. O Cedente comunicará a intenção de realizar a Cessão de Capacidade Contratada ao Transportador e à ANP, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da previsão de celebração do Acordo de Cessão de Capacidade. | | | |
| Art. 35. As operações de Cessão de Capacidade Contratada deverão ser | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|--|--|---|
| divulgadas e publicadas na página do Cedente e do Transportador na Internet, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Acordo de Cessão de Capacidade. | | | |
| Art. 36. O Cedente deverá enviar à ANP cópia do Acordo de Cessão de Capacidade no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da sua assinatura. | | | |
| Da Chamada Pública para Contratação de Capacidade Art. 37. Toda Capacidade Disponível para a contratação de Serviço de Transporte Firme em Instalações de Transporte será ofertada e alocada pela ANP segundo o processo de Chamada Pública, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia. | Do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade”(NR) Revogado Art. 37-A. O Processo de Oferta e Contratação de Capacidade existente será conduzido pelo Transportador, sob a supervisão da ANP, por meio da utilização de plataforma eletrônica dos transportadores e observância dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução. | | Solicitação de confirmação de entendimento A fase de manifestação de interesse (não vinculante) não acarretará alteração da tarifa, somente a eventual redistribuição da capacidade disponível resultantes desta etapa. |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|---|---|---|
| | <p>§1º O transportador submeterá à aprovação da ANP:</p> <p>I - a minuta do regulamento para oferta e contratação de capacidade;</p> <p>II - a minuta do contrato de serviço de transporte de gás natural; e</p> <p>III - a proposta tarifária, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>§2º O transportador disponibilizará no seu sítio eletrônico e em plataforma eletrônica, após a aprovação da ANP, os instrumentos referidos no parágrafo 1º;</p> <p>§3º A proposta tarifária será posta em consulta pública tarifária, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 44-A, na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou nas normas supervenientes;</p> <p>§4º Após aprovados pela ANP, os instrumentos referidos no parágrafo 1º não poderão ser alterados, salvo mediante prévia e expressa aprovação da ANP.</p> | <p>Ajuste de Redação</p> <p>§3º A proposta tarifária será posta em consulta pública tarifária, em conformidade com a legislação aplicável e o disposto no inciso I do art. 44-A, na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou nas normas supervenientes;</p> | <p>Justificativa</p> <p>Mencionar que a ANP precisa considerar todo o marco regulatório que envolve o tema além da Resolução 15.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|--|--|--|
| | <p>§5º A Oferta e Contratação de Capacidade observará o seguinte procedimento:</p> <p>I - identificação dos potenciais carregadores e manifestação de interesse não vinculante;</p> <p>II - aprovação pela ANP das tarifas de referência e da eventual redistribuição da capacidade disponível resultantes da etapa de manifestação de interesse;</p> <p>III - análise das propostas garantidas vinculantes e alocação de capacidade;</p> <p>IV - celebração dos instrumentos contratuais e apresentação das respectivas garantias;</p> <p>V - envio dos contratos celebrados para registro na ANP.</p> <p>§6º Na etapa de proposta garantida, caso algum carregador desista da capacidade solicitada na</p> | <p>V - envio dos contratos celebrados para registro na ANP, conforme disposto no Art. 26</p> | <p>Justificativa: Adequação de redação para deixar item de acordo com a regra</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|--|---|--|
| | <p>etapa anterior ou ultrapasse os percentuais permitidos de variação das solicitações de capacidade definidos no regulamento, o processo de oferta e contratação de capacidade poderá ser parcial ou totalmente reiniciado, a critério da ANP.”(NR)</p> | <p>Inclusão de novo §7° e §8° §7° A minuta do contrato de serviço de transporte de gás natural deverá ser posta em consulta pública em conformidade com a legislação aplicável, antes de se tornar a referência para o regramento que disciplinará os processos para a contratação de capacidade de transporte.</p> | <p>Justificativa: Em relação à inserção proposta no § 7°, entendemos que ainda há margem para melhorias no contrato de transporte resultante da Chamada Pública TBG 04. No entanto, também entende que a simplificação prevista vai ao encontro da dinâmica do mercado para a contratação de capacidade. Assim, sugerimos a inclusão de um novo parágrafo que haja a previsão de uma Consulta Pública para ajustar o contrato de referência (Chamada Pública TBG 04).</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|--|---|
| | | §8º Usuários de novos Pontos Relevantes que não causam aumento da capacidade de transporte de um gasoduto de transporte, ou de suas seções, em relação à capacidade de transporte previamente aferida pela ANP, conforme disposto em suas resoluções, podem contratar capacidade diretamente a partir de Processo de Oferta e Contratação de Capacidade. | Sugerimos a inclusão de novo parágrafo para reforçar o direito de contratação via “Processo de Oferta e Contratação de Capacidade” aos novos usuários cujo acesso se dê através de Pontos Relevantes que não impliquem em expansão do sistema, como disposto na Resolução ANP n. 37/2013. |
| <p>Art. 38. O processo de Chamada Pública de que trata o Art. 37 desta Resolução será realizado:</p> <p>I - de maneira direta, conduzido pela ANP; ou</p> <p>II - de maneira indireta, conduzido pelo Transportador, sob a supervisão da ANP.</p> <p>Parágrafo único. A ANP publicará no Diário Oficial da União - DOU a aprovação do edital de Chamada Pública a ser realizada pelo Transportador de maneira indireta, explicitando que os termos do edital aprovado apenas poderão ser</p> | Revogado | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|--|-----------------------|---------------|
| <p>alterados mediante prévia e expressa aprovação da ANP.</p> | <p>Art. 38-A. O regulamento do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade disporá sobre:</p> <p>I - o cronograma com todas as etapas do processo;</p> <p>II - as garantias que serão exigidas do Carregador;</p> <p>III - a tarifa de referência;</p> <p>IV - a metodologia de cálculo tarifário a ser adotada na fixação da tarifa de referência;</p> <p>V - a metodologia a ser utilizada para a fixação, de forma iterativa, da tarifa de Referência em função da demanda identificada ao longo do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade;</p> <p>VI - as regras que serão utilizadas no cálculo das tarifas de transporte a serem pagas pelo Carregador que celebrar, com o Transportador, Contrato de Serviço de Transporte, bem como as regras de reajuste e de revisão tarifária;</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|--|-----------------------|---------------|
| | <p>VII - o procedimento de alocação da Capacidade;</p> <p>VIII - os percentuais permitidos de variação das solicitações de capacidade entre as etapas de manifestação de interesse e de proposta garantida.</p> <p>IX - os procedimentos aplicáveis para a coordenação com outros Processos de Oferta e Contratação de Capacidade.</p> <p>§ 1º O regulamento do processo de oferta e contratação de capacidade deverá ser amplamente divulgado, de modo a permitir a participação efetiva do maior número possível de agentes interessados na oferta e contratação de capacidade de transporte de gás natural.</p> <p>§ 2º O regulamento poderá ser substituído por um contrato master com o conteúdo mínimo definido neste artigo, mediante prévia aprovação da ANP.”(NR)</p> | | |
| Art. 39. O processo de Chamada Pública deverá ser promovido: | Revogado | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>I - anteriormente à outorga de autorização ou à licitação para a concessão da atividade de transporte que contemple a construção ou a ampliação de Gasodutos de Transporte; ou</p> <p>II - por iniciativa da ANP ou por provocação de Transportadores ou Carregadores, de modo a garantir o acesso ao Serviço de Transporte Firme, em Capacidade Disponível, incluída a Capacidade Disponível advinda da renúncia de Capacidade Contratada de Transporte por Carregadores, do fim da vigência de Contratos de Serviço de Transporte ou de ampliações de Capacidade de Transporte.</p> <p>§ 1º O processo de Chamada Pública deve ser iniciado com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência com relação à data prevista para a capacidade se tornar disponível para contratação, de modo a garantir a conclusão tempestiva do processo e a continuidade da prestação do serviço.</p> <p>§ 2º A ANP poderá determinar que o processo de Chamada Pública seja iniciado com um período maior de antecedência.</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>Art. 40. O edital do processo de Chamada Pública observará os princípios da transparência, da isonomia e da publicidade e disporá sobre:</p> <p>I - o cronograma com todas as etapas do processo, contendo, obrigatoriamente, a data limite para a assinatura do Termo de Compromisso pelo(s) Carregador(es);</p> <p>II - as garantias que serão exigidas do(s) Carregador(es) por ocasião da assinatura do Termo de Compromisso;</p> <p>III - a minuta do Termo de Compromisso a ser assinado pelo(s) Carregador(es) ao final do processo de Chamada Pública;</p> <p>IV - as cláusulas essenciais que deverão integrar a minuta de Contrato de Serviço de Transporte relativo ao Serviço de Transporte a ser celebrado entre o(s) Carregador(es) e o Transportador;</p> <p>V - a proposta de traçado do Gasoduto de Transporte, quando couber;</p> <p>VI - a forma de definição do período de exclusividade, observado o Art. 3º, § 2º, da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, que terão os</p> | <p>Revogado</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>Carregadores Iniciais que assinarem o Termo de Compromisso;</p> <p>VII - a expectativa de Tarifa de Transporte Máxima;</p> <p>VIII - a metodologia de cálculo tarifário a ser adotada na fixação da Tarifa de Transporte Máxima;</p> <p>IX - a metodologia a ser utilizada para a fixação, de forma iterativa, da Tarifa de Transporte Máxima em função da demanda identificada ao longo do processo de Chamada Pública;</p> <p>X - as regras que serão utilizadas no cálculo das Tarifas de Transporte a serem pagas pelo(s) Carregador(es) que celebrar(em), com o Transportador, Contrato(s) de Serviço de Transporte, bem como as regras de reajuste e de revisão tarifária;</p> <p>XI - o Mecanismo de Alocação da Capacidade, para o caso em que a demanda total não puder ser suprida pelo projeto objeto do processo;</p> <p>XII - o prazo previsto para início das operações do Gasoduto de Transporte ou da ampliação, o qual irá constar do edital de licitação para a concessão; e</p> <p>XIII - os procedimentos aplicáveis para a coordenação com outros</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>processos de Chamada Pública para contratação de capacidade.</p> <p>§ 1º O edital do processo de Chamada Pública deverá ser amplamente divulgado, de modo a permitir a participação efetiva do maior número possível de agentes interessados no transporte de gás natural.</p> <p>§ 2º O Termo de Compromisso referente a Gasoduto de Transporte sob o regime de concessão será assinado entre os Carregadores e a ANP e vigorará por período definido no edital de Chamada Pública ou até a data de assinatura do respectivo Contrato de Serviço de Transporte.</p> <p>§ 3º O Termo de Compromisso referente a Gasoduto de Transporte sob o regime de autorização poderá ser assinado diretamente entre os Carregadores e o Transportador autorizado e vigorará por período definido no edital de Chamada Pública ou até a data de assinatura do respectivo Contrato de Serviço de Transporte.</p> | | | |
| <p>Art. 41. A Chamada Pública deve ser estruturada em duas fases:</p> <p>I - fase de identificação dos potenciais Carregadores, onde estes</p> | Revogado | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>submetem manifestações de interesse não vinculantes; e</p> <p>II - fase da análise das propostas garantidas e alocação de capacidade, onde os Carregadores submetem propostas vinculantes de compra de capacidade e é efetuada a alocação de capacidade.</p> <p>Parágrafo único. O período para submissão de manifestações de interesse não vinculantes deve ser compatível com a dimensão e complexidade do projeto, de forma a atrair o maior número possível de agentes interessados, e compreender no mínimo 15 (quinze) dias.</p> | | | |
| <p>Art. 42. Durante o processo de Chamada Pública, a análise das solicitações de capacidade demandadas pode implicar redimensionamento do Gasoduto de Referência, sujeito a teste de viabilidade técnico-econômica, o que acarretará o recálculo da Tarifa de Transporte Máxima a ser aplicada aos Carregadores participantes do processo.</p> <p>§ 1º No caso de contratação de capacidade em gasoduto sob o regime de autorização, se o Transportador não possuir as</p> | Revogado | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|---|-----------------------|---------------|
| <p>condições financeiras para arcar com todo o projeto após o redimensionamento, poderá ser acordado entre o Transportador e os Carregadores o pagamento antecipado pelos Serviços de Transporte solicitados, equivalente ao investimento adicional necessário, a ser abatido das respectivas Tarifas de Transporte.</p> <p>§ 2º A ausência de condições financeiras para um eventual redimensionamento de que trata o § 1º deve ser informada aos Carregadores participantes do processo e à ANP logo após recebimento das solicitações de capacidade.</p> | | | |
| | <p>Art. 42-A. O Processo de Chamada Pública será conduzido pelo transportador sob supervisão da ANP, por meio da utilização de plataforma eletrônica dos transportadores e observância dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução.</p> <p>§ 1º O transportador submeterá à aprovação da ANP:</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|--|---|--|
| | <p>I - a minuta do regulamento para estimativa de demanda e contratação de capacidade;</p> <p>II - a minuta do contrato de transporte de gás natural; e</p> <p>III - a proposta tarifária, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>§2º O transportador disponibilizará no sítio eletrônico da transportadora e em plataforma eletrônica os instrumentos previstos nos incisos do § 1º, após a aprovação da ANP;</p> | <p>Inclusão de novo item IV - Informações detalhadas quanto a capacidade e produtos de sistemas adjacentes a serem disponibilizadas aos carregadores participantes do processo.</p> | <p>Justificativa: No início do processo, é necessário que se analise o ‘Projeto de Referência’ submetido pelo Transportador, avaliando o projeto em conjunto ao chamado ‘Plano Coordenado de desenvolvimento do sistema de Transporte’ (Art. 2º, XXX, Lei nº14.134/2021) e sua aprovação condicionada a razoabilidade do projeto frente não apenas ao sistema do Transportador requerente, mas também aderente frente ao sistema de forma integrada.</p> <p>Além disso, em linha com a necessidade de coordenação, o Processo de</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|--|
| | | | <p>Chamada Pública de um determinado Transportador, se realizado de forma separada, deve trazer também as informações entre sistemas, i.e., informações quanto a capacidade e/ou produtos disponíveis em sistemas adjacentes para permitir uma melhor tomada de decisão dos carregadores contratantes.</p> <p>O guia de boas práticas para processo de chamadas públicas europeu (ERGEG, 2007) ressalta que há a necessidade de se detalhar informações dos sistemas adjacentes ao longo de processo de chamada pública de um determinado sistema de transporte.</p> <p><i>“(31) Finalmente, de acordo com a seção 7 das diretrizes sobre coordenação com Operadores de Sistema adjacentes, o aviso de licitação</i></p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|---|---|---|
| | <p>§3º A proposta tarifária será posta em consulta pública tarifária, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 44-A, na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou nas normas supervenientes;</p> <p>§4º Após aprovados pela ANP, os instrumentos referidos no parágrafo 1º não poderão ser alterados, salvo mediante prévia e expressa aprovação da ANP;</p> | <p>Ajuste de Redação §3º A proposta tarifária será posta em consulta pública tarifária, em conformidade com a legislação aplicável e o disposto no inciso I do art. 44-A, na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou nas normas supervenientes;</p> | <p><i>pública deve conter informações sobre os produtos oferecidos em sistemas adjacentes. As informações sobre esses produtos devem ser tão detalhadas quanto as informações fornecidas pelo patrocinador do projeto sobre seus produtos.” (tradução livre)</i></p> <p>Justificativa Mencionar que a ANP precisa considerar todo o marco regulatório que envolve o tema além da Resolução 15.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|--|-----------------------|---------------|
| | <p>§5º A Chamada Pública observará o seguinte procedimento:</p> <p>I - identificação dos potenciais carregadores e de manifestação de interesse não vinculante, etapa na qual é estimada a demanda efetiva pelo serviço de transporte;</p> <p>II - aprovação pela ANP das tarifas de referência e da eventual redistribuição da capacidade disponível resultantes da etapa de manifestação de interesse;</p> <p>III - análise de propostas garantidas vinculantes e alocação de capacidade;</p> <p>IV - celebração dos instrumentos contratuais e das respectivas garantias;</p> <p>V - envio dos contratos celebrados para registro na ANP.</p> <p>§6º Na etapa de manifestação de interesse, a análise das solicitações de capacidade demandadas pode implicar redimensionamento do Projeto de Referência, sujeito a teste de viabilidade técnico-</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|---|---|---|
| | <p>econômica, o que acarretará o reinício do processo de chamada pública.</p> <p>§7º Se o transportador optar previamente pelo encerramento do Processo de Chamada Pública na etapa de manifestação de interesse, a reapresentação do projeto com ou sem alterações implicará em novo processo de chamada pública.</p> <p>§8º Na etapa de proposta garantida, caso algum carregador desista da capacidade solicitada na etapa anterior ou ultrapasse os percentuais permitidos de variação das solicitações de capacidade definidos no regulamento, o processo de oferta e contratação de capacidade poderá ser parcial ou totalmente reiniciado, a critério da ANP.”(NR)</p> | <p>Inclusão de novo parágrafo §9º §9º A minuta do contrato de serviço de transporte de gás natural deverá ser posta em consulta pública em conformidade com a legislação aplicável.</p> | <p>Justificativa: Em relação à inserção proposta no § 9º, entendemos que ainda há margem para melhorias no contrato de transporte</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|--|-----------------------|---|
| | | | <p>resultante da Chamada Pública TBG 04.</p> <p>No entanto, também entende que a simplificação prevista vai ao encontro da dinâmica do mercado para a contratação de capacidade. Assim, sugerimos a inclusão de um novo parágrafo que haja a previsão de uma Consulta Pública para ajustar o contrato de referência (Chamada Pública TBG 04).</p> |
| | <p>Art. 42-B. O regulamento do Processo de Chamada Pública disporá sobre os mesmos elementos do regulamento definidos no art. 38-A acrescido dos seguintes itens:</p> <p>I - o projeto de referência;</p> <p>II - o prazo previsto para início das operações do Gasoduto de Transporte ou da ampliação;</p> <p>III - a variação das condições previstas no teste de viabilidade técnico-econômica que implica no redimensionamento do projeto de referência.</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|---|-----------------------|---------------|
| | <p>IV - a definição pelo transportador se o processo terminará na etapa de manifestação de interesse, na qual é estimada a demanda efetiva, ou se prosseguirá até a etapa de contratação do serviço de transporte.</p> <p>Parágrafo único. O regulamento do Processo de Chamada Pública deverá ser amplamente divulgado, de modo a permitir a participação efetiva do maior número possível de agentes interessados na oferta e contratação de capacidade oriunda da ampliação e/ou construção de gasodutos.”(NR)</p> | | |
| <p>Art. 43. O processo de Chamada Pública deve ser realizado de modo coordenado com:</p> <p>I - as Chamadas Públicas para contratação de capacidade em gasodutos com interconexões existentes, no caso de Instalações de Transporte adjacentes; ou</p> <p>II - as Chamadas Públicas para contratação de capacidade em gasodutos com interconexões previstas no projeto objeto da Chamada Pública.</p> | <p>Revogado</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|--|---|---|
| | <p>Art 43-A. Os Processos de Oferta e Contratação de Capacidade e de Chamada Pública devem ser realizados de modo coordenado com:</p> <p>I - os Processos de Oferta e Contratação de capacidade em gasodutos com interconexões existentes, no caso de Instalações de Transporte adjacentes; ou</p> <p>II - os Processos de Chamada Pública em gasodutos com interconexões planejadas no projeto de referência.”(NR)</p> <p>Parágrafo único: A ANP poderá, a seu critério, mediante solicitação fundamentada do transportador, dispensar a realização dos processos coordenados de que trata o caput.</p> | <p>Inclusão de parágrafo § 2º A ANP deverá observar o Plano Coordenado de Desenvolvimento do Sistema de Transporte proposto pelos transportadores, de forma a zelar pela coordenação do sistema de transporte enquanto não houver</p> | <p>Justificativa Sugere-se essa inclusão, pois entendemos adequado que a ANP observe o Plano Coordenado durante os Processos de Chamada Pública Coordenada ou</p> |
|--|--|---|---|

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | a fusão das áreas de mercado de capacidade. | Processos de Oferta e Contratação Coordenada de Capacidade, de forma a coordenação do sistema de transporte, até a fusão das áreas de mercado. |
| Art.44 Nas situações previstas no Art. 43 desta Resolução, os agentes interessados em contratar tal capacidade devem solicitar, junto ao Transportador ou à ANP, a realização de Chamada Pública Coordenada. | Revogado | | |
| | <p>Art. 44-A. A ANP realizará consulta pública tarifária nas seguintes hipóteses:</p> <p>I - no Processo de Oferta e Contratação de Capacidade, no ano anterior ao início do ciclo regulatório, ou a qualquer tempo a critério da ANP;</p> | | <p>Comentário: É necessário se rediscutir a Resolução ANP 15/2014 (sobre tarifas) para que sejam estabelecidas regras que tratem dos conceitos de ciclo e consulta tarifária trazidos por esta Consulta Pública 12/2023.</p> <p>Além disso, também tratar de outros conceitos, inerentes ao modelo de Entrada e Saída, como aqueles que envolvam a socialização de investimentos do transporte.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>Art. 45. O Serviço de Transporte denominado Troca Operacional contempla, sem se limitar a, a oferta de capacidade em fluxo oposto ao fluxo físico, condicionada à programação de quantidades de gás natural por parte do(s) Carregador(es) existente(s) do(s) Contrato(s) de Serviço de Transporte.</p> <p>§ 1º O Transportador, atuando de forma prudente, pode reduzir ou interromper a Troca Operacional quando a soma das quantidades de gás natural programadas pelos Carregadores existentes for inferior ao somatório das quantidades de gás natural programadas pelos usuários da Troca Operacional.</p> <p>§ 2º Nas Instalações de Transporte em que haja possibilidade de fluxo físico bidirecional, a Capacidade Técnica de Transporte no fluxo reverso deve ser considerada como alternativa à redução ou interrupção da Troca Operacional.</p> <p>§ 3º Os produtos relacionados à Troca Operacional oferecidos pelo Transportador devem ser estruturados levando-se em conta o grau de interrupção do serviço e seu prazo de duração.</p> | | | |
|---|--|--|--|

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|--|--|--|
| § 4º O grau de interrupção deve considerar o fluxo predominante da Instalação de Transporte e o histórico da movimentação de gás natural nos Pontos Relevantes. | | | |
| <p>Art. 46. A Tarifa de Transporte aplicável à Troca Operacional será definida pela ANP conforme os critérios estabelecidos na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, e não poderá ser inferior à dos Contratos de Serviço de Transporte firme firmados com os Carregadores existentes, ainda que em fluxo oposto ao fluxo físico da Instalação de Transporte.</p> <p>§ 1º A Tarifa de Transporte aplicável ao Serviço de Transporte Firme deve ser utilizada como referência para a determinação da Tarifa de Transporte aplicável à Troca Operacional.</p> <p>§ 2º Na hipótese de o volume adicional transportado decorrente da Troca Operacional acarretar a redução do custo unitário do transporte de gás natural, as Tarifas de Transporte aplicáveis ao Serviço de Transporte Firme e à Troca Operacional serão calculadas com base nos custos, despesas e investimentos relacionados à</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|---------------|
| <p>Capacidade de Transporte existente somados aos custos, despesas e investimentos relacionados à Troca Operacional.</p> <p>§ 3º Na hipótese do volume adicional transportado decorrente da Troca Operacional acarretar no aumento do custo unitário do transporte de gás natural, a Tarifa de Transporte aplicável à Troca Operacional será calculada apenas com base nos custos, despesas e investimentos relacionados exclusivamente à Troca Operacional.</p> <p>§ 4º A ANP realizará o cálculo da Tarifa de Transporte aplicável à Troca Operacional utilizando as informações de custos e despesas apresentadas pelo Transportador em sua proposta de Tarifa de Transporte Firme.</p> | | | |
| <p>Art. 47. A oferta da Troca Operacional é de responsabilidade exclusiva do Transportador e não implica em nenhuma obrigação adicional para o(s) Carregador(es) titular(es) do(s) Contrato(s) de Serviço de Transporte que viabilizam a Troca Operacional.</p> <p>Parágrafo único. É vedada a programação por parte do(s) Carregador(es) titular(es) do(s)</p> | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|---|--|--|
| Contrato(s) de Serviço de Transporte com a finalidade de inviabilizar a efetiva prestação da Troca Operacional, em atendimento ao disposto no Art. 14 da Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013. | | | |
| <p>Art. 48 O proprietário de Gasoduto de Transferência que seja reclassificado como Gasoduto de Transporte transferirá a um Transportador de sua escolha a operação e a manutenção desta instalação, bem como a titularidade das autorizações de operação emitidas pela ANP e das demais licenças requeridas para a sua obtenção.</p> <p>§ 1º O proprietário do Gasoduto de Transferência reclassificado passará à qualidade de Carregador do Gasoduto de Transporte e terá preferência na contratação de Serviço de Transporte Firme diretamente junto ao Transportador, sem a necessidade de realização de Chamada Pública, sendo a Capacidade Contratada de Transporte limitada pela máxima utilização do gasoduto no período de 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de reclassificação.</p> | <p>Art.48</p> <p>§ 1º O proprietário do Gasoduto de Transferência reclassificado passará à qualidade de Carregador do Gasoduto de Transporte e terá preferência na contratação de Serviço de Transporte Firme diretamente junto ao Transportador, sem a necessidade de realização de Processo de Oferta e Contratação de Capacidade, sendo a Capacidade Contratada de Transporte limitada pela máxima utilização do gasoduto no período de 2 (dois)</p> | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|---|-----------------------|---------------|
| <p>§ 2º A minuta do Contrato de Serviço de Transporte deve ser submetida à aprovação da ANP no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de reclassificação.</p> <p>§ 3º A Tarifa de Transporte deverá ser calculada a partir dos critérios estabelecidos na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014.</p> <p>§ 4º Deverá ser realizada Chamada Pública, conduzida de maneira indireta pelo Transportador, sob supervisão da ANP, referente à Capacidade Disponível resultante da diferença entre a Capacidade Técnica de Transporte e a Capacidade Contratada de Transporte do proprietário do gasoduto reclassificado decorrente do exercício da preferência de contratação referida no § 1º.</p> | <p>anos anteriores à data da solicitação de reclassificação.</p> <p>§ 4º Deverá ser realizado Processo de Oferta e Contratação de Capacidade, conduzido pelo Transportador, sob supervisão da ANP, referente à Capacidade Disponível resultante da diferença entre a Capacidade Técnica de Transporte e a Capacidade Contratada de Transporte do proprietário do gasoduto reclassificado decorrente do exercício da preferência de contratação referida no § 1º.”(NR)</p> | | |
| Art. 49. Os Transportadores autorizados a construir ou operar Instalações de Transporte, assim como os Transportadores que já | Revogado | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|---|--|--|--|
| tenham conduzido um processo de Chamada Pública de maneira indireta terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Resolução, para encaminhar para aprovação da ANP a primeira proposta de Termo de Acesso | | | |
| | Art. 49-A. Até que venha a ser regulamentado o art. 11 da Lei 14.134 de 2021, o Processo de Chamada Pública que contemple a construção de gasoduto de transporte que, a critério da ANP, esteja sujeito à período de contestação, será definido pela ANP, com base no disposto no parágrafo único do art. 7º, e no § 1º do art. 26 do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021.”(NR) | Ajuste de redação: Art. 49-A. Até que venha a ser regulamentado o art. 11 da Lei 14.134 de 2021, o Processo de Chamada Pública que contemple a construção de gasoduto de transporte, a critério da ANP , que esteja sujeito à período de contestação, será definido pela ANP, com base no disposto no parágrafo único do art. 7º, e no § 1º do art. 26 do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021 | Justificativa: O artigo 11 da Lei do Gás prevê que: “Art. 11. O processo de autorização para construção de gasoduto de transporte deverá prever, nos casos estabelecidos em regulamentação, período de contestação no qual outros transportadores poderão manifestar interesse na implantação de gasoduto com mesma finalidade. Parágrafo único. Se houver mais de um transportador interessado, a ANP deverá promover processo seletivo público para escolha do projeto mais vantajoso, considerados os aspectos técnicos e econômicos”. |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|--|
| | | | <p>Já o art. 7º, § único, do Decreto nº 10.712/2021 determina que “o processo de autorização para construção de gasoduto de transporte destinado ao atendimento de novos mercados consumidores, nos termos da regulação da ANP, deverá prever período de contestação no qual outros transportadores poderão manifestar interesse na implantação de gasoduto com mesma finalidade”.</p> <p>Deste modo, considerando que o Decreto já determina hipótese em que deverá ser previsto período de contestação (qual seja, construção de gasoduto para atendimento a novos mercados consumidores), entendemos haver argumentos para sustentar que, nesta hipótese, a sua realização não deverá ficar a critério da ANP.</p> |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|---|---|--|--|
| | | | |
| Art. 50. Os Transportadores autorizados a construir ou operar Instalações de Transporte terão o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, contados da data de publicação desta Resolução, para desenvolver e disponibilizar plataforma eletrônica de que trata o Art. 9º Parágrafo único. Durante o prazo estipulado no caput, as solicitações de acesso devem ser encaminhadas por escrito ao Transportador pelo Carregador Interessado. | Revogado | | |
| | Art 50-A. Até que a Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, seja revisada, a tarifa de transporte aplicável ao serviço de transporte de curto prazo seguirá, no que couber, o disposto no seu art. 10 referente à tarifa de transporte aplicável ao serviço de transporte extraordinário.”(NR) | | |
| | Art 50-B. Até que esta resolução seja revisada de forma ampla conforme previsto em sua agenda | Sugestão de ajuste: Art 50-B. Até que esta resolução seja revisada de forma ampla conforme previsto em sua agenda | Justificativa: Em relação ao art. 50-B, sugerimos avaliar a inclusão proposta, de forma a |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------------|---|--|--|
| | regulatória, a ANP poderá adotar soluções individuais que visem ao atendimento do disposto na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, e nas diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética, com base no § 1º do art. 26 do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021. | regulatória, a ANP poderá, respeitado o seu rito decisório , adotar soluções individuais que visem ao atendimento do disposto na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, e nas diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética, com base no § 1º do art. 26 do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021. | garantir que as decisões individuais eventualmente tomadas pela Agência observem o rito decisório aplicável ao caso, conforme determina o art. 26 do Decreto citado. |
| | Art. 50-C. Os contratos de serviço de transporte vigentes na data de publicação da Lei 14.134, de 8 de abril de 2021, serão adequados, no prazo de até 5 (cinco) anos, contados da publicação da referida Lei, ou de até 3 (três) anos, contados da publicação desta revisão da presente norma, o que expirar por último, de modo a refletir os novos regimes de contratação de capacidade, preservando a receita auferida pelos transportadores com os respectivos contratos.”(NR) | | |
| Das Disposições Finais | | | Solicitação de esclarecimentos: 1) como serão tratados os casos de novos Pontos |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|--|------------------|-----------------------|--|
| | | | <p>de Recebimento, Pontos de Entrega, ECOMPs (ou outras instalações aplicáveis) que trazem um benefício sistêmico?</p> <p>2) Seus respectivos investimentos serão incorporados na BRA e as tarifas de entrada e de saída serão revisadas de forma a incorporar esses investimentos e quando da celebração de contratos oriundos do processo de oferta e contratação de capacidade, as tarifas já garantirão a remuneração do transportador acerca de tais investimentos?</p> |
| Art. 51. Sempre que a ANP identificar fato que possa configurar indício de infração à ordem econômica por parte dos agentes regulados, deverá comunicá-lo imediatamente aos órgãos de defesa da concorrência, sem prejuízo das medidas regulatórias de sua atribuição. | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|---|----------|--|--|
| Art. 52. O não atendimento ao disposto nesta Resolução sujeita o infrator às sanções administrativas previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999 e no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999, sem prejuízo das penalidades de natureza civil e penal. | | | |
| Art. 53. Os casos não contemplados nesta Resolução serão objeto de análise e deliberação pela ANP. | | | |
| Art. 54. Ficam revogadas as Resoluções ANP nº s 27 e 28, de 14 de outubro de 2005. Art. 55. Ficam revogados os Arts. 5º e 7º, da Portaria ANP nº 1, de 06 de janeiro de 2003. | Revogado | | |
| Art. 55. Ficam revogados os Arts. 5º e 7º, da Portaria ANP nº 1, de 06 de janeiro de 2003. | Revogado | | |
| Art 3º Ficam revogados: I - da Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013: a) todos os “Considerando...”; b) do art. 2º, os incisos: | | | |

| REDAÇÃO ORIGINAL | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|------------------|------------------|-----------------------|---------------|

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>1) IV; 2) XIII; e 3) XV; c) os §§ 2º a 4º do art. 8º; d) o art. 9º; e e) os arts. 17 a 19. II - da Resolução ANP nº 11, de 16 de março de 2016: a) todos os “Considerando...”; b) do art. 2º, os incisos: 1) XI; 2) XVII; 3) XXIV a XXVI; 4) XXXI; 5) XXXIII; 6) XXXVI; 7) XXXIX; e 8) XLIII c) os §§1º ao 3º do art. 16; d) a seção “Do período de exclusividade” e) os arts. 27 e 28; f) o art. 31; g) a seção “Da Chamada Pública para Contratação de Capacidade”; h) os arts. 37 a 44; i) os arts. 49 e 50; e j) os arts. 54 e 55.</p> | | | |
|--|--|--|--|